
002ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 21MAR2019

(Texto com revisão final.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: Boa noite. Passo a ler o Edital: “Audiência pública com o objetivo de debater sobre o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, Processo nº 0044/19, de autoria do governo municipal, que altera o *caput* do art. 122, inclui o art. 37-a, o §§ 3º e 4º ao art. 122-a, o art. 129-a e o parágrafo único ao art. 131, revoga os artigos nºs 79, 124, 125, 126, 127, 127-a, 129, 130, 133, todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-a e revoga o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga os §§ 1º e 2º do art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 43-a, o art. 43-b e o art. 43-c, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-a e o art. 44-b da Lei nº 6203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-a, o art. 32-b da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; os §§ 1º e 2º do art. 45, o art. 45-a, o art. 45-b da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública a ocorrer no dia 21 de março de 2019, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 28 de fevereiro de 2019. Vereadora Mônica Leal, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Mônica Leal; o Sr. Daniel Rigon, Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão, representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; o Sr. Alberto Moura Terres, Diretor-Geral do Simpa; a Sra. Anelise Manganelli, economista do DIEESE; o Sr. Cesar Sulzbach, Presidente da APMPA. Prestigiam esta audiência pública os Srs. Vereadores Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Adeli Sell, João Bosco Vaz, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Aírto Ferronato, Mauro Pinheiro, Roberto Robaina, Ricardo Gomes, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, José Freitas, Aldacir Oliboni, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Valter Nagelstein, Mauro Zacher, Reginaldo Pujol e Alvoni Medina; a Sra. Fernanda Melchionna, deputada federal, ex-vereadora desta Casa; a Sra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 21MAR2019

Sofia Cavedon, deputada estadual, ex-vereadora desta Casa; Sr. Dr. Thiago Duarte, deputado estadual, ex-vereador desta Casa; Sra. Juliana Bento Cucchiarelli, representante do deputado estadual Sebastião Melo.

Com a palavra a Sra. Vereadora Mônica Leal, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, que conduzirá os trabalhos nesta noite.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro aberta a audiência pública e informo que estarão abertas as inscrições para as pessoas falarem, cinco a favor, cinco contra, aqui na DL. Por favor, dirijam-se à Diretoria Legislativa.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Alberto Moura Terres, Diretor-Geral do Simpa, está com a palavra.

SR. ALBERTO MOURA TERRES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo essa categoria que aqui está, que ouviu o chamado do sindicato, que tem a compreensão do que significa este momento na vida da cidade, na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma categoria que, desde 2017 vem, religiosamente, lutando para garantir os seus direitos em face dos ataques do prefeito Marchezan ao nosso plano de carreira, e, na nossa compreensão, à cidade de Porto Alegre.

Nós, servidores e servidoras, quando fizemos o concurso, optamos por servir à cidade de Porto Alegre, optamos por servir à cidadania deste Município, numa compreensão de que os serviços públicos são necessários para o crescimento e o desenvolvimento das cidades. Quando nós assumimos essa condição de ser servidor público, planejamos as nossas vidas baseados nesse desejo de servir à cidade, não só nos planejamos do ponto de vista das nossas vidas, mas da nossa compreensão conceitual do que significa o serviço público, e também nos preparamos diariamente, mensalmente para atender bem à população. Nós temos servidores e servidoras que se qualificaram, que estudaram, que têm a compreensão do que significa atender o povo de Porto Alegre na área da saúde, na área da educação e da assistência social, no DMAE, no DMLU e em outros setores da Administração Pública, que se qualificaram, tendo mestrado, doutorado, pós-doutorado. E essa qualificação, esse conhecimento adquirido também no dia a dia, com os nossos usuários, é colocado para a cidade de Porto Alegre. Infelizmente, nessa gestão, a partir

pág. 2

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 21MAR2019

de 2017, existe uma desconsideração, por parte do gestor, dessa qualificação e desse trabalho feito pelos servidores públicos.

A cidade de Porto Alegre está abandonada. Não existe investimento em políticas públicas, muito antes pelo contrário, o que existe é uma política de sucateamento das políticas públicas de servidores públicos. Nós não aceitamos esse tipo de ataque à cidade de Porto Alegre, porque nós defendemos Porto Alegre – esse é o nosso objetivo. Esse PLCE nº 002/19, que está tramitando nesta casa, ataca frontalmente todos os servidores, porque ataca a carreira e o direito adquirido desses servidores, o que conquistamos ao longo do tempo e com muita luta nas gestões anteriores. Nós só estamos aqui, nesta audiência pública, porque, infelizmente, tivemos de ingressar na Justiça para conseguir dialogar com o Governo. O prefeito Marchezan não nos recebeu e jogou para a Câmara de vereadores o diálogo, dizendo que o projeto não está mais no Executivo, o projeto está no Legislativo e é lá que vocês têm de fazer a discussão.

E, para debater este projeto que ataca a Cidade, tivemos de ingressar na justiça. Felizmente, conseguimos, a justiça nos atendeu, dando essa possibilidade democrática de discutirmos não só com os vereadores, mas também com a cidade de Porto Alegre. Nós estamos aqui para dizer para cada vereador, Ver. Conceição, e o senhor é servidor público também, do significado do nosso serviço para a Cidade. Queremos dizer para vocês a nossa compreensão sobre esse projeto, o que compreendemos, o que nos ataca, para mostrar aos vereadores que é importante nos ouvir, que nós somos importantes para a Cidade, que nós somos importantes para os vereadores e vereadoras, que nós, servidores públicos, fazemos as políticas públicas acontecerem.

Nós representamos o prefeito lá na unidade de saúde, no Conselho Regional de Assistência Social, no DMAE. Nós representamos o prefeito, nós representamos o projeto de qualquer prefeito lá na Cidade. Portanto, nós temos de ser considerados. Nós queremos aqui, para concluir, pedir aos vereadores, principalmente aos vereadores da base do governo, que compreendam o que nós vamos dizer, que tentem entender o que nós queremos dizer aqui, porque nós precisamos ser ouvidos, a Cidade precisa ser ouvida, e este é o espaço que temos para sermos ouvidos. Lá do lado de fora temos centenas de servidores que gostariam de estar aqui dentro, mas estão lá fora, então a responsabilidade de cada vereador nesta audiência pública é fundamental, será fundamental para decidir, na segunda-feira, o futuro não dos servidores, mas o futuro da

cidade de Porto Alegre. E nós estaremos aqui na segunda-feira para defendermos os nossos direitos e defender a cidade de Porto Alegre. Vamos à luta, companheiros, que temos o desejo de defender a Cidade. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Com a palavra a Sra. Anelise Manganelli, economista do DIEESE.

SRA. ANELISE MANGANELLI: Boa noite a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite do Simpa para o DIEESE estar aqui participando de um espaço tão democrático quanto deve ser uma audiência pública. À Sra. Presidente Mônica Leal e a todos os demais integrantes da Mesa, boa noite. Minha saudação especial ao presidente do Simpa, Alberto Terres, aos vereadores e aos companheiros da categoria do Simpa. A pedido da direção do Simpa, vou tentar elucidar um pouco da realidade que a gente consegue ver quando se olha um pouco para as contas da Prefeitura com a ótica do trabalhador. Esse é meu papel aqui hoje, e não é uma função muito fácil, porque uma das principais questões que a gente tem tido dificuldade é justamente no acesso às informações e na transparência para o adequado entendimento.

Como a discussão é de fato tentar sensibilizar e compreender do que se trata a vida dos servidores em Porto Alegre, sobretudo ao ataque, com esse projeto de lei, talvez seja importante a gente olhar para tudo o que está acontecendo, que não é só o que acontece em Porto Alegre, que está atacando a vida dos servidores. Eu trouxe alguns exemplos que estão em tela.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SRA. ANELISE MANGANELLI: Demonstrem que todo esse ataque começa lá no teto, com a Emenda Constitucional nº 95, que limitou os gastos públicos, que restringe o acesso a serviços públicos e a condições adequadas de trabalho; o PDV e a possibilidade de redução de jornada; o direito de greve, que foi modificado; a demissão por insuficiência de desempenho, por um projeto de lei, o PLS nº 116, que está tramitando; a questão da derrota da possibilidade de os servidores poderem manter uma mesa de negociação, o PL nº 3.831, aprovado no Congresso e que foi vetado na íntegra pelo Presidente Temer;

uma série de ataques que acontecem aos servidores públicos, somados a mais esses que são vivenciados aqui no município de Porto Alegre.

Fecho dando o exemplo da reforma da Previdência que deve, certamente, diminuir ainda mais tanto os benefícios de quem já está aposentado, como daqueles que ainda vão acessar ao benefício. A realidade dos servidores hoje é essa: não tem reajuste salarial desde maio de 2016, portanto, somando o total acumulado de uma perda de 10,78%, com a sua data-base, em maio, vai chegar a 11,61%. Então, é importante lembrar que nós temos servidores, trabalhadores no município de Porto Alegre vinculados à Prefeitura que ganham R\$ 960,00, ou seja, a gente está falando de duas cestas básicas, e é para esses trabalhadores que não tem a reposição da inflação.

Quando a gente olha para a realidade e olha para o Brasil, se pergunta: “Bom, mas é só Porto Alegre que não consegue alcançar uma reposição salarial? Como é que fazem negociações no resto do País?” A iniciativa privada e outros municípios e estados estão concedendo. O DIEESE fez um levantamento das negociações, e nós temos aí que 76% concedem reajustes salariais acima da inflação. No Rio Grande do Sul a gente vê que 68%, nos últimos 12 meses, das mesas de negociações também foram acima da inflação, e 25%, pelo menos, a inflação. Então, todos os outros trabalhadores estão conseguindo garantir, minimamente, condições salariais, enquanto os servidores não.

A gente também pode dar uma olhada, eu trouxe ali uma comparação da negociação coletiva do Simpro e do Sindicreches, por exemplo, que é o sindicato das creches conveniadas da Prefeitura, os trabalhadores dessas creches conveniadas, enquanto a inflação era 1,69%, eles receberam 4,7% de aumento, enquanto os servidores, zero. Isso a gente pode ver para empregados de empresas como a Cootravipa, a Multiclean e outras que pertencem a categorias como asseio e conservação, que também tiveram reajustes acima do INPC.

O quadro de pessoal. Quando a gente olha para a realidade de como é que estão organizados os servidores hoje, fica evidenciado o que a gente vê, como cidadão porto-alegrense, no meu caso: a falta de serviço entregue em função justamente de uma ausência de trabalhadores. Eu trouxe para mostrar para vocês a redução que houve do número de trabalhadores de 2018, comparando com 2017: são 1.007 trabalhadores a menos, ou seja, 8%; se pegarmos de 2015 para cá, são 1.778 servidores a menos. A gente se pergunta se não é por toda essa questão da reforma previdenciária que as

peças estão como se fosse uma corrida maluca para se aposentar, mas não. Só para dar um exemplo, desses 1.007 trabalhadores que deixaram o serviço do município de Porto Alegre no último ano, 785 foram para inatividade, mas 222 abandonaram o serviço público, justamente por não ser mais um trabalho atrativo, buscando outras oportunidades.

Aqui tem também um levantamento que nós fizemos das entidades autárquicas. Acontece o mesmo movimento quando a gente olha na administração centralizada: no último ano são 309 trabalhadores a menos, sendo, portanto, 9% menos servidores. Quando a gente olha de dezembro de 2015 a dezembro de 2018 são 670 trabalhadores a menos, ou seja, uma redução de 18% no quadro funcional. Alguém pode estar pensando: “É natural que o número de servidores diminua, porque a população diminuiu”. Na verdade, a população não diminuiu, a população cresce a taxas decrescentes. Então, se nós pegarmos de 2010 e compararmos com 2018, o que nós temos? Nós temos uma redução do número de trabalhadores no Município de Porto Alegre de 12%, enquanto a população que precisa de atendimento cresceu 4,2%, ou seja, temos menos colegas trabalhando, temos uma precarização salarial, temos um aumento de demanda, porque a população cresce.

Em relação a uma visão geral das finanças do Município, pessoal, é importante deixar registrado que uma análise nesse aspecto exclusivo está prejudicada pela seguinte razão: o Município ainda não divulgou o relatório do balanço das finanças públicas de 2018 – sendo que, em 2018, quando declarou o de 2017, foi ali por 31 de janeiro ou início de fevereiro. Nós já estamos no final de março e não foi disponibilizado. Também não estão disponíveis no portal da transparência os relatórios que são vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal, que tratam exclusivamente do balanço financeiro, patrimonial, das variações patrimoniais; também não estão disponíveis as demonstrações contábeis de 2018. Então, hoje, se o cidadão porto-alegrense quisesse se apropriar e checar essas apresentações em PowerPoint que o governo tem levado como uma forma de tentar abrir alguma informação, infelizmente, até o dia de hoje, não teria possibilidade.

Eu procurei trazer aqui o que está disponível. Aqui, nós temos uma composição – só para compartilharmos com todos aqui e alinharmos esse conhecimento. Com base no ano de 2018, as transferências correntes representaram 41% da receita do Município, e a receita tributária representou 39%. Sabendo o que mais participa dessa composição da receita do Município, de onde vem o dinheiro, para o que a gente chama a atenção aqui? Aqui,

nós temos uma variação da receita, ou seja, o que fechou, em 2018, comparado com 2017. Então, nós vemos aqui que a receita tributária cresceu 20,7%; as transferências correntes, 4,4%. Então, no total, as receitas, em 2018, tiveram um crescimento nominal de 6,2%; se descontada a inflação, vai ficar em torno de 2,4%. Aqui, a gente abriu um pouco as receitas tributárias só para dar ideia de como cresceu o IPTU, que teve um aumento de 37,7%; cresceu também a arrecadação do ISSQN, 30,9%; enquanto a do ITBI caiu 23,8%.

Em relação às despesas de pessoal, nós vimos que as receitas cresceram. Aqui, pessoal, se a gente olhar os ativos de todo o gasto de pessoal, representam 58% e os inativos 42%. Os ativos, a despesa caiu 4,9% e os inativos e pensionistas cresceu 8%. Ou seja, se nós pegarmos, em termos nominais a despesa de pessoal cresceu apenas 1,6%, que pode ser considerado uma estabilidade, e se descontar a inflação, ela caiu, inclusive, 2%.

Em relação aos limites de despesa de pessoal, a maioria de vocês aqui sabe que existe um limite em relação à receita corrente líquida, inclusive, esse é um dos motivos que está no projeto como justificativa de ter que aprovar isso para não ultrapassar os limites. Então, eu trouxe aqui o gráfico para mostrar que, ao longo do tempo, de 2011 a 2018, Porto Alegre nunca passou do limite prudencial, e em 2018 esse percentual de comprometimento foi 48,64%, enquanto o limite prudencial é 51,3%, e o limite máximo é 54%. E aqui eu quero chamar a atenção para essa questão que eu falei na introdução, sobre a dificuldade, na compreensão dos dados, do acesso às informações, porque aqui o TCE, inclusive, disponibiliza um outro limite, e de acordo com a metodologia do TCE o limite de comprometimento de pessoal em Porto Alegre está em 43%, ou seja, muito longe do máximo, o que poderia gerar alguma penalidade para o Município, enfim.

Vou ter que acelerar um pouco, porque meu tempo está terminando, mas assim, pessoal: balanço orçamentário, que é o que está disponível pelo Município; o superávit de 2018 foi 366 milhões, teve um resultado primário positivo de 411 milhões. O resultado primário diz sobre a possibilidade do Município, a capacidade de fazer novos investimentos, porque trata também do tamanho da dívida pública. E aí, quando a gente olha o endividamento do Município de Porto Alegre, a gente vê que dados os limites legais previstos na lei de responsabilidade fiscal, que seria 120% da receita corrente líquida, Porto Alegre compromete apenas 21%. Portanto, tendo ainda um espaço para buscar empréstimos, enfim, ou outras fontes de financiamento que financiem os projetos para investimentos,

que é o que a sociedade precisa. Quero chamar a atenção para uma questão importantíssima que é a das renúncias fiscais. Renúncia fiscal é receita, receita é a capacidade de pagamento, e aqui, como a gente pode olhar, no ano de 2019, o que a gente vê? De acordo com a Lei de Orçamento, foi estimada uma renúncia fiscal de R\$ 46 milhões, contra R\$ 20 milhões, que era o que constava na Lei de Orçamento de 2018. No período de 2016 a 2018 se aumentou mais de 800% a renúncia de receita. Então, a gente está encaminhando uma mudança que retira direito de quem entrega o serviço para o porto-alegrense e, ao mesmo tempo, está ampliando mais do que o dobro as renúncias fiscais. Outra coisa que queria salientar aqui, que é uma questão pouco discutida, que nem tudo que é concedido de isenção e de exonerações está na Lei de Orçamento, e a Lei de Orçamento acaba sendo o único mecanismo de transparência que os vereadores, que nós, da sociedade, temos para acessar esse tipo de informação. Aí, fiz uma experiência que foi encaminhar uma solicitação, por meio da Lei de Acesso à Informação, à Prefeitura de Porto Alegre, pedindo as isenções que estão lá previstas na lei do IPTU, e a Prefeitura respondeu dizendo que não teria... Vou ler para vocês a elaboração da resposta que seria dizer quanto foi aberto mão nessas desonerações, que é a isenção para clubes de futebol, para entidades associativas e várias outras que estão na lei do IPTU, diz o seguinte: “A elaboração da resposta envolve as tarefas de extrair, analisar e depurar as informações a serem geradas, tarefas essas desempenhadas por servidores em cargo de chefia. Todavia, neste momento, a Receita Municipal não conseguirá atender a essa solicitação em virtude de estarem vagas todas as posições de chefias envolvidas diretamente no atendimento dessa demanda”. É uma pena.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O tempo é igual para todos. Obrigada. Desculpem, mas eu preciso respeitar o tempo. O Sr. Daniel Rigon, secretário adjunto de Planejamento e Gestão, está com a palavra.

SR. DANIEL RIGON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que aqui, agora, é a oportunidade que nós temos de mostrar alguns dados técnicos para a sociedade que está nos assistindo, para vocês e para os seus representantes, os Srs. Vereadores. Muito boa noite. Senhores, este é o resultado financeiro auditado da Prefeitura de Porto Alegre, é esse publicado, é esse aprovado. Como porto-alegrense, me

custa olhar para esse gráfico. Só tivemos dois anos, em 2008 e 2010, com algum resultado positivo. Isso, senhores e senhoras, é o quanto nós não tivemos de recurso para Porto Alegre, independente para que, para onde, onde vai ser colocado. É resultado do Tesouro que está sendo apresentado em diversas oportunidades para a sociedade, é importante conhecer a situação da Prefeitura, a situação financeira, porque, afinal de contas, é a sociedade que sofre por não conseguir ter mais serviços ou mais investimentos.

Quando a gente olha o resultado da despesa de pessoal, e estou falando isso porque a gente está tratando justamente de um PLCE que vai trazer um resultado sobre isso, percebe o crescimento de 2012 a 2018. Nós temos um crescimento aqui, em seis anos, de quase o dobro na despesa de pessoal. Quase o dobro. Esses valores...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mais uma vez eu peço que vocês deixem o Daniel se manifestar e depois façam as suas manifestações. Obrigada.

SR. DANIEL RIGON: Obrigado, Sra. Presidente. Então, nós temos um crescimento, quase o dobro, e esse valor a gente até colocou em dois dígitos só, mas é de bilhões. Nós saímos de R\$ 2,1 bilhões para mais de R\$ 3 bilhões. E, realmente, teve um crescimento menor de 2017 para 2018, conforme afirmam os estudos do DIEESE – realmente teve um crescimento menor –, que se dá também até pelo corte ao teto de gastos, que deu, mais ou menos, uns R\$ 5 milhões, se dá pela redução de nomeação de alguns cargos comissionados, enfim, diversas...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): No final vocês podem fazer as suas manifestações. Por favor, o tempo está correndo e vai atrasar todas as pessoas que desejam falar.

SR. DANIEL RIGON: Obrigado, Sra. Presidente. E eu gostaria de dizer que esse valor, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, atinge 60% da nossa receita corrente líquida.

E aí nós temos um problema, e eu queria falar diretamente para a economista do DIEESE, que, infelizmente, o TCE não dá aval para a gente buscar dinheiro, quem dá é a Secretaria do Tesouro, então nós ficamos presos nesses 60% por critério deles; eu gostaria que fosse outro critério, mas não, é o critério deles. No mesmo sentido, a inflação de 2010 a 2018 ficou na ordem de 48%, entretanto, no mesmo período, conforme a gente conseguiu olhar no gráfico anterior, o crescimento da folha foi de 85%. E aí nós temos um crescimento em pontos percentuais de 37, ou seja, estivemos bem acima do crescimento inflacionário, bem acima. Essa introdução, na verdade, é meramente técnica, é para demonstrar a necessidade que nós temos, Sra. Presidente e demais vereadores, de fazer alguma coisa, porque vai quebrar – já quebrou, vejam os gráficos em vermelho, mas vai quebrar mais ainda. Esses números estão no Portal de Transparência, o TCE tem esses números, e alguma coisa tem que ser feita.

Então, senhoras e senhores, nós protocolamos aqui um projeto de lei que trata de alguns itens dentro da carreira. Primeiro, sobre a progressividade no percentual de regimes, e o processo cessa a progressividade e seu efeito cumulativo, mas ele preserva, em parcela individual, o valor que tenha sido acumulado até a data da publicação da lei.

Além disso, o projeto de lei trata de outro item que são os avanços trienais. Ele altera o triênio para quinquênio, altera o percentual do avanço de 5% para 3%, e aqueles que já tiverem 50% ou mais do período aquisitivo poderão concluir o triênio em andamento e receber a vantagem.

Além disso, num outro item, no adicional de tempo de serviço, ele extingue o adicional de 15 e 25 anos, e, como regra de transição – foi criada uma regra de transição –, os servidores ativos irão receber o percentual referente aos anos fechados já trabalhados no momento em que completarem, então, os seus 15 ou 25 anos.

Outro item é a incorporação da função gratificada. Todas elas serão incorporadas proporcionalmente ao período em que elas foram exercidas: 1/30 para cada ano para mulheres; 1/35 para homens. As mulheres incorporarão aos 25 anos de serviço e os homens aos 30 anos de serviço. Este projeto gera uma economia, senhores e senhoras, de aproximadamente R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos e de R\$ 170 milhões nos próximos oito anos. A gente, com este projeto, entre outros projetos, espera que não se precise passar o ano e pagar parcelado o salário, que se pague em dia o salário.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mais uma vez solicito que as senhoras e os senhores aguardem em silêncio, para que o secretário-adjunto possa finalizar a sua fala. Muito obrigada.

SR. DANIEL RIGON: Para concluir, quero dizer que, para fazermos este PL, fomos atrás de como funciona na União, de como funciona no Estado. A progressividade do percentual dos regimes não tem no Estado do Rio Grande do Sul, na União também não tem essa progressividade de regimes. Os avanços no Estado do Rio Grande do Sul foram alterados em 1995 e, na União, em 2001. O adicional por tempo de serviço foi revogado na União em 2001, a incorporação das funções gratificadas, no Estado do Rio Grande do Sul, foi alterada em 1995 e, na União, foi alterada em 1997. Nós estamos propondo os ajustes e as alterações em 2019.

Sra. Presidente, senhores que acompanham a TVCâmara e que puderam ouvir as explicações, servidores, Srs. Vereadores, os que compõem a Mesa, muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, senhoras e senhores, agora utiliza a tribuna o presidente da Associação de Procuradores do Município de Porto Alegre, Sr. Cesar Sulzbach.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mais uma vez, solicito que as senhoras e os senhores se mantenham em silêncio, para que o Dr. Cesar possa fazer a sua fala, assim como o presidente do Simpa, Sr. Terres, fez, a Anelise também – nós todos estamos aqui em uma audiência pública para ouvir todas as partes. Obrigada.

SR. CESAR SULZBACH: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estou atendendo a um convite do nosso sindicato dos servidores, o Simpa, que me permitiu dar uma opinião técnica sobre o PLCE nº 002/19, que tramita nesta Casa e provavelmente irá à votação, pelo que nos informaram, na próxima segunda-feira. Eu

pág. 11

registro que a minha opinião foi construída a partir de várias reuniões e debates com as demais associações e vários sindicatos deste Município. Participam a Aiamu, a Acespa, o Centro de Estudos do HPS, a Astec, o Simers, que também aqui está presente, e o Sindicâmara.

Bueno, o que é importante em relação ao projeto encaminhado a esta Casa Legislativa? O projeto basicamente propõe três mudanças significativas na carreira dos servidores públicos do Município de Porto Alegre. O projeto nos termos – escutem bem – em que foi encaminhado à Câmara irá produzir inúmeras injustiças. O projeto produzirá inúmeras injustiças na carreira dos servidores nos termos em que ele foi pensado. O projeto é unicamente financeiro. Só tem um pensamento nesse projeto, um pensamento financeiro. (Palmas.) Um pensamento financeiro de curto prazo, porque estamos num momento de crise, e é uma solução de curto prazo. Ele deixa de analisar e de pensar todas as carreiras do Município de Porto Alegre, o que nenhum servidor nunca se furtou a discutir, e certamente nós, servidores, não nos furtaremos a discutir de uma forma ampla uma reestruturação condizente com o trabalho que é exercido por todos nós.

Então, estão atingidos nesse projeto praticamente os 25 mil servidores do Município, ativos e inativos. Atinge a centralizada; o quadro geral e o quadro da educação, centralizada, DMAE, DMLU, DEMHAB e FASC. Atinge também – e isto é importante – os aposentados! Muito se disse, muito está sendo propalado que os aposentados não são prejudicados com esse projeto, mas os aposentados também são prejudicados com esse projeto nos termos em que ele foi encaminhado para esta Casa Legislativa. Especialmente, vocês se detenham na leitura do art. 1º do projeto. O artigo 1º desse projeto – eu reputo que, na visão do governo, talvez, seja o mais importante – altera significativamente a vida dos servidores – adiante poderemos detalhar melhor.

Dando um exemplo raso, o projeto, ao longo desse tempo, nós estimamos que produzirá uma diminuição salarial de um técnico científico, vamos dizer, uma perda salarial, depois de 40 anos de contribuição, ao redor de 55%. Então, ao longo de 40 anos, um servidor técnico científico chegará ao final da carreira, 40 anos depois de contribuição, com 55% inferior ao que hoje chegaria. Praticamente, com essa forma que está tramitando, não vai haver uma diferença do servidor que entrou e o servidor 40 anos depois. Isso tem que ser repensado. Nenhum plano de carreira público ou na iniciativa privada estabelece regras tão rígidas e tão prejudiciais aos servidores.

Bom, sobre mudanças significativas, vou rapidamente ler, pelo tempo. Nós temos número um: concessão do regime de trabalho, pois transforma em parcela individual. E, nesse caso, nós já afirmamos em duas oportunidades, em reuniões com os vereadores, que esse art. 1º foi mal escrito, está mal redigido, ele não incorpora as explicações dadas pelo governo às suas apresentações. O governo diz que há, nesse artigo, a previsão de que essa verba individual terá correção. Não há essa previsão. Só há um parágrafo dentro do projeto que prevê a correção de valores, nos outros não.

Essa verba individual já é uma novidade no Município, isso aqui não é previsto no Município, nós nunca tivemos essa nomenclatura. Uma verba autônoma é o que conhecemos, verba individual é uma novidade que está sendo incorporada hoje. Então, não há previsão. Isso, ao longo do tempo, nós vimos na União, dez anos depois, esse valor congelado representará nada para todos nós.

Outro detalhe: aqui está sendo rasgada – com esse art. 1º – uma lei que foi aprovada em 2015, a Lei nº 11.922, com a qual os Srs. Vereadores resolveram a questão do efeito cascata. Lá, em conjunto com o governo municipal, os vereadores construíram essa lei. E eu me lembro de que essa construção não foi tranquila, demandou muitas e muitas reuniões, este plenário aqui chegou a uma solução ao final, que foi consagrada nessa lei. E, hoje, esse projeto, no art. 1º, rasga essa lei. (Palmas.)

Falando um pouco de gestão, muito é defendido que é necessário que tenhamos gestão. Junto com os colegas, nós fizemos uma pesquisa e um conceito que inclusive é utilizado na área privada pela consultoria Falconi, que é muito festejado, diz o seguinte: “Um plano de carreira é um instrumento de gestão pois visa a compatibilizar os interesses dos funcionários com os da gestão, no qual é amplamente comprovado que um funcionário devidamente reconhecido e motivado tem aumento de produtividade. As organizações na atualidade usam planos de carreira para que seus objetivos estratégicos e seu planejamento sejam alcançados.” Nós estamos rasgado qualquer plano no Município de Porto Alegre e fazendo tábua rasa; não há, então, essa valorização dos servidores.

Eu não vou discorrer mais sobre outros óbices existentes no projeto, porque nós temos algumas questões... Esse art. 1º eu reputo que ele vai ser causa de 25 mil ações judiciais, da forma que ele está proposto. (Palmas.) O que é muito ruim, e eu não festejo isso – eu não festejo isso. Eu acho que é muito ruim para o Município, para a estrutura do Município uma situação desse tipo.

Faço outro alerta, e o Secretário Rigon inclusive fez um destaque agora. Eu acho que houve um erro – eu entendo que é um erro – lá no art. 5º, quando ele trouxe um princípio do direito previdenciário para a questão do Estatuto, em que prevê que os homens, aos 35 anos, incorporam, e as mulheres, aos 30 anos. É um conceito previdenciário, que também esse tipo de situação no regramento dos servidores eu acho que não cabe, eu entendo que não cabe. A regra previdenciária é outra; agora a regra do Estatuto, de igualdade dos servidores, está sendo afetada aqui. Isso que eu defendo o direito das mulheres de terem uma aposentadoria diferenciada e tudo mais, mas acho que, nessa regra aqui, há uma inconstitucionalidade, uma ilegalidade.

E, para não me alongar e respeitar o tempo, eu só quero deixar um último registro que é importante, e isso diz respeito à categoria dos procuradores. Conversei com colegas de todos os ramos e obtive a resposta de que este projeto não passou pelo corpo técnico dos procuradores de carreira do Município de Porto Alegre. Então, o corpo técnico dos procuradores efetivos não examinou este projeto. Isso não poderia ter ocorrido, não vou entrar no mérito do projeto, mas isso é importante que seja registrado e considerado pelos Srs. Vereadores nas análises que serão feitas a partir desta audiência pública, que eu reputo que foi muito importante com as suas manifestações iniciais e certamente com as demais pessoas que irão se manifestar após essa preliminar, que elas possam trazer contribuições e engrandecer esse debate.

Estamos na Casa Legislativa, uma casa de debates, uma casa de respeito à democracia. Aqui certamente o que for produzido será em benefício da Cidade, mas acreditamos que os vereadores devem pensar bem e produzir uma legislação que beneficie não os servidores de Porto Alegre, mas beneficie a Cidade. Pensem no serviço público eficiente. Os servidores serão sempre parceiros na busca da qualificação, do aprimoramento da legislação municipal, relativa aos servidores, desde que ela seja feita com honestidade, com transparência e equilíbrio. Agradeço a oportunidade e desejo um bom trabalho a todos nós.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O deputado estadual, Dr. Thiago Duarte, ex-vereador desta Casa, está com a palavra.

SR. THIAGO DUARTE: Obrigado, minha Presidente, Ver.^a Mônica Leal; saúdo também o Ver. Reginaldo Pujol, ilustre Vice-Presidente desta Casa. Quero fazer uma saudação também aos sindicatos, ao Simpa, ao Sindicato Médico, ao Sindicâmara, nas pessoas do Jerri, Marcelo Matias e Terres. Quero fazer também uma saudação à Sra. Anelise Manganelli, do DIEESE; e, principalmente, à manifestação corajosa do Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

(Manifestações nas galerias.)

SR. THIAGO DUARTE: Dr. Sulzbach, o senhor traz a esta tribuna um dado extremamente preocupante e sério. Extremamente preocupante e sério. Quando a procuradoria do Município, quando a advocacia pública do Município de Porto Alegre não participa da construção de um projeto de lei importantíssimo, que vem a esta Casa e tem o condão de modificar todas as carreiras públicas do Município de Porto Alegre é porque alguma coisa tem! É porque alguma coisa tem! E esse, Sr. Daniel Rigon, é o triste epílogo do que nós vimos em 2017, do que nós vimos em 2018 nesta Casa. Nós ouvimos da boca do prefeito alguns mantras, Ver. Robaina, que não são verdades. “Porto Alegre está quebrada!” Fez o possível e o impossível para atrasar os salários dos servidores, adiantou pagamentos inclusive para forçar que isso ocorresse, gastou milhões em mídia no intervalo do Fantástico! Milhões em mídia! E vinha para os meios de comunicação sustentar que a Cidade estava quebrada. Depois, o problema é o servidor público!

Disse que o servidor público quebrava a Prefeitura de Porto Alegre. No entanto, informava o Tribunal de Contas gastava 43% com o servidor público, longe do limite prudencial de 52%. Ultimamente, tem dito que as administrações anteriores é que foram o problema de Porto Alegre. Não tem justificativa para justificar o porquê de não terminar as obras da Copa ainda. Não tem justificativa, pediu a esta Casa que autorizasse um empréstimo nos primeiros 90 dias de governo. Esta Casa autorizou, e ele não fez. Depois, no HPS, terceiriza de qualquer forma, não controla os contratos e aí diz que o problema da não higienização do HPS é da iniciativa privada, das empresas que prestam serviço ao HPS. Situação nunca antes vista no HPS, que quase fechou perto do carnaval, porque não tinha higienização. Aí a culpa é da iniciativa privada.

Mas a real culpa de isso tudo estar acontecendo é a incompetência do Governo. É a total incompetência do Governo Municipal. Sr. Daniel Rigon, anos, décadas, prefeitos de todas as matizes políticas ajudaram na construção de um plano de carreira para os servidores, do Ver. João Antonio Dib, passando pelo prefeito Villela, os dois do PP, passando pelo prefeito Fogaça, do MDB; passando pelo governo Fortunati, do PDT; passando pelas gestões do PT. É isso tudo que foi construído a diversos olhares, há anos e há décadas, que o prefeito atual, o Marchezan, quer destruir na cidade de Porto Alegre. E não me venham com a alegação de que precisa mais produtividade no setor público, porque esse projeto não traz nenhum coeficiente de qualidade, de produtividade. Ele não incentiva, em nenhum momento, o bom servidor. Ele, muito antes pelo contrário, faz com que os bons e valorosos servidores da cidade de Porto Alegre peçam exoneração, faz com que coloquem diretamente essas pessoas na rua.

Então eu peço aos meus sempre colegas vereadores que se baseiem no direito adquirido: serão, como o Dr. Sulzbach falou, milhares de ações contra a Prefeitura, irá paralisar juridicamente a Prefeitura. O prefeito está patrocinando o caos na cidade de Porto Alegre, e esta Casa, de forma altiva e soberana, não pode deixar que isso ocorra. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, neste momento vou abrir as inscrições à fala da comunidade. O Sr. Marcelo Matias, representante do Simers, está com a palavra.

SR. MARCELO MATIAS: Gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui hoje falando em nome dos médicos e especialmente em nome dos médicos municipais. Vou contar uma história para vocês aqui. Nós somos uma gestão nova no sindicato, estamos lá desde o dia 1º de janeiro, e a gente, desde o início, teve uma filosofia, que era fazer diferente: “Vamos conversar, vamos negociar, para depois, em cima de uma negociação que venha a falhar, a gente possa partir para o conflito”. O primeiro político que nos visitou dentro do sindicato foi o prefeito Nelson Marchezan, e ele citou, naquele momento, que precisava, que queria uma relação diferente com o sindicato médico. Ele disse que queria negociar.

O que aconteceu? Nós fomos surpreendidos, como todos os municipais foram surpreendidos, pelo projeto de emergência na época do carnaval, e fomos convidados pelo prefeito, porque também fizemos uma solicitação, e ele, diante da ajuda de vários vereadores aqui presentes, Ver. Mauro, especialmente, com a base do governo, fez uma mesa de negociação conosco. Ali foi definido que nós criaríamos uma mesa para negociação. A gente saiu para uma assembleia, e, na saída, eu disse a ele: “Nós vamos para uma assembleia e não sabemos o que os médicos vão decidir”. Ele disse: “Independente do que os médicos decidirem, nós vamos fazer uma mesa de negociação.” E eu acreditei. Vamos deixar claro o que aconteceu dali para diante. Dali para diante, nós mandamos convites para fazer a mesa de negociação diversas vezes, e nós fomos cada vez mais surpreendidos com novidades que vinham da Prefeitura, desde o fechamento para a terceirização de serviços, a redução do número de profissionais especialistas no HPS, tudo veio sem nenhuma possibilidade, nem de ficar sabendo previamente.

O que aconteceu? Estivemos reunidos, na segunda-feira, com o vice-prefeito e com o secretário da saúde, e eles disseram que tinham ficado muito ofendidos com o nosso apedido, e, portanto, por causa disso, não teria mesa de negociação. O detalhe mais importante disso, que eu acho que todos devem ouvir, especialmente os vereadores aqui presentes, é que no momento em que há um comprometimento de se estabelecer uma negociação, no momento em que há a palavra dada diante de membros deste Parlamento e diante de pessoas idôneas, que são capazes de atestar que tudo que eu falei é verdade – e está nos celulares –, simplesmente é o seguinte: é muito difícil que vocês acabem sendo comprometidos, vocês sendo levados juntos a brigar com os representantes da categoria que atende à população de Porto Alegre, que são os municipais, sem que vocês tenham qualquer certeza de que aquilo que vem sendo prometido pelo lado de lá, seja prometido para ser cumprido. No meu entender, a palavra vale muito. Eu só estou dando esse discurso hoje, porque literalmente eu percebi que nem todo mundo valoriza a palavra da mesma forma.

Por fim, é importante falar sobre a minha categoria. Esta Câmara deveria prestar mais atenção nos movimentos da minha categoria; nenhuma categoria de municipais pede mais demissão em Porto Alegre do que a dos médicos. No meu andar, do Hospital Presidente Vargas, nós temos dois médicos que saíram nos últimos dois meses: um para aposentadoria, não precisava se aposentar, forçou a aposentadoria; o outro, por

demissão. Simples assim. Os médicos têm, por uma questão jurídica própria, o direito de requerer na justiça, e universalmente ganham, aposentadoria especial com 25 anos. O Sindicato Médico do Rio Grande do Sul fará uma estrutura específica própria, eficiente e adequada, para que todos os médicos municipais que sejam atacados por esse tipo de lei e por esse tipo de conduta abram processos de aposentadoria. Portanto, é importante saber que a decisão tomada aqui não vai reduzir o custo para a saúde, vai aumentar o custo para a saúde, vai causar a desassistência.

Eu convido todos os vereadores, os da base, os que não são da base, qualquer vereador, as portas do nosso Sindicato estarão abertas sempre para o diálogo, mas, se a gente precisar ir para a briga, podem ter certeza, estaremos preparados. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A deputada federal Fernanda Melchionna está com a palavra.

SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa: Ver.^a Mônica Leal, Ver. Reginaldo Pujol; Terres, representando o Simpa; Anelise, Sr. Cesar Sulzbach e Daniel Rigon, secretário adjunto do planejamento. Queria muito especialmente cumprimentar todos os municipais e municipais da cidade de Porto Alegre, que têm uma representação forte, mas também tem outra forte na rua e certamente outra forte nos locais de trabalho em função dessa situação. Quero dizer que eu gosto de vir à Câmara de Vereadores, mas que estou muito triste de estar aqui nesta noite, muito triste de ter que debater um projeto desta gravidade e da forma com que o Marchezan tentou empurrar para a Câmara de Vereadores, que, por força da justiça, garantiu que o mínimo de debate fosse realizado, ainda muito insuficiente perto dos ataques à categoria.

É muito triste ver um projeto dessa magnitude, que ataca o efeito cascata, ser tramitado na Câmara de Vereadores como se fosse normal acabar com a carreira de 24 mil servidores municipais, que tinham a garantia, por um projeto votado por unanimidade na Câmara de Vereadores, de que não haveria perdas para a categoria naquele momento tão grave, quando houve a votação do efeito cascata. Boa parte dos vereadores que aqui estão estavam na época, quando a categoria pediu simplesmente nem um centavo a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 21MAR2019

menos, e nem eu centavo a menos já é muito longe do que tem ganhado essa categoria, que teve perdas salariais da inflação não repostas, que teve o aumento da alíquota do Previmpa de 11% para 14%, que teve meses de salário parcelado; que, muito mais do que o ajuste e o arrocho no bolso, teve uma gestão de dois anos, sistematicamente, atacando os seus direitos.

É duro atender na rede municipal com 40 horas, querido Ver. Prof. Alex, quando o prefeito usa as redes do Município e, sobretudo, a sua voz para atacar a estrutura de educação da rede municipal, a gestão democrática, os conselhos municipais e, muito mais do que isso, os servidores. É duro atender no HPS quando até faltam macas, leitos, profissionais; quando, toda noite, as pessoas que convivem com a vida e com a morte, ao ligar o rádio, ouvem o prefeito dizer que a culpa da crise do Município é dos servidores da cidade de Porto Alegre. Na verdade, a solução para a crise do Município são os servidores da cidade de Porto Alegre, são os trabalhadores da cidade de Porto Alegre.

Infelizmente, o que a gente tem visto é um prefeito que quer ajustar a carreira ao mesmo tempo em que quer gastar R\$ 30 milhões com publicidade, mentindo coisas que não está fazendo para a população; um prefeito que aumenta sobremaneira os cargos em comissão – já são mais de 900 CCs no Município de Porto Alegre; um prefeito que aumenta a isenção para as empresas, mas que não faz uma auditoria no sistema de transporte coletivo. Ao mesmo tempo, tem um projeto claro, que, infelizmente, não é um projeto só do prefeito Marchezan, tem guarida no governo autoritário e ultraliberal do Bolsonaro e no governo neoliberal do Eduardo Leite, também, de rebaixar o salário dos servidores, de aumentar a desassistência à população. Diminuir e atacar servidores significa atacar a assistência à nossa população e, ao mesmo tempo, garantir que haja uma devastação na carreira, uma perda de 55% do salário até o final da carreira de várias categorias especializadas, uma perda dos talentos do Município, porque a cada dia tem gente pedindo aposentadoria, porque não aguenta mais o prefeito Marchezan e porque, obviamente, não tem por que o aguentar.

Venho aqui, na verdade, além de apoiar a luta dos trabalhadores, como vocês sabem, fazer um apelo aos vereadores e vereadoras desta Câmara, esta audiência tem muita representatividade. Acho que mais da metade da Câmara de Vereadores está aqui nesta noite, mas uma audiência não deve servir apenas para que a gente ouça, deve servir para que a gente acompanhe o apelo daqueles e daquelas que não querem ter uma

devastação no serviço público e uma devastação na sua carreira. Eu quero fazer um apelo aos vereadores e vereadoras de Porto Alegre para que derrotem esse projeto, para que mantenham a autonomia e para que, sobretudo, repitam, presidente, os belos recados que esta Câmara de Vereadores já deu em outros momentos, como foi a derrota do PL nº 019, que foi fundamental à mobilização da categoria, e também o posicionamento dos parlamentares; que não tenham, no seu travesseiro, a vida de 24 mil servidores atacados pelos seus votos. Portanto, que, na segunda ou na quarta, votem “não” e garantam não só o respeito aos trabalhadores que dedicam a vida ao serviço público da Cidade, mas, sobretudo, a consciência tranquila de que não devastaram o direito de milhares de trabalhadores.

Uma boa luta a todos vocês, contem com o nosso mandato lá em Brasília e nas ruas aqui em Porto Alegre, e a nossa Bancada aguerrida aqui na Câmara de Vereadores. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. O Sr. Felisberto Luís está com a palavra.

SR. FELISBERTO LUÍSI: Boa noite, Mônica Leal, boa noite, Reginaldo Pujol, Terres, demais membros dessa Mesa. Direitos adquiridos não se mexem! Primeiro lugar, isso. Quem não tem competência não se estabelece. Não é punindo os servidores que esta Cidade vai melhorar! Há 27 anos, eu participo da maior experiência, divulgada no mundo inteiro, que é o Orçamento Participativo, e nunca vi um prefeito tão incompetente. Nunca! Na pior crise, fiz parte da comissão de transição entre o governo da Frente Popular para o governo José Fogaça e Eliseu Santos. Nem nesse momento se atacou os servidores, diálogo, transparência, competência, não privatização às coisas que nós construímos. Esta é a Cidade é da democracia participativa e não de eventuais prefeitos que querem demolir o que nós construímos ao longo do tempo. O PDT, com Leonel de Moura Brizola, não esqueçam isso, o PDT tem compromisso com esta Cidade! Não esqueçam disso! O primeiro Plano Diretor foi feito pelo Dr. Leonel de Moura Brizola. PMDB, partido de José Fogaça, dialogou e fez aquilo que a Cidade demandou. Foi um prefeito que não é do meu partido, agora não se pode punir os servidores, mesmo que os servidores 43%, o que é o nível que alcançaria 53%. O Daniel teve coragem de vir aqui, constrangido, defender uma proposta em que nem ele acredita, veio aqui porque senão, amanhã, ele está exonerado. Nós, servidores públicos e alguém do Orçamento Participativo, não podemos ser

exonerados por prefeito nenhum, porque a gente tem o voto popular, participamos da assembleia, pisamos nos barros da comunidade, construímos esta Cidade com os servidores, postos de saúde, escolas democráticas, participação cidadã. Porto Alegre não pode abrir mão disso, é um momento histórico de resistência e luta. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nestes cinco minutos, eu começaria dizendo que o projeto que estamos discutindo, ilustres deputados e deputadas, desagradou a todos. Ninguém gostou! Se ninguém gostou, ele não é bom. Isso eu lhes digo, porque não recebi nenhuma mensagem dos um milhão de meio de porto-alegrenses dizendo para votar a favor. Nenhuma! Meditemos com cautela, ilustres e queridos colegas vereadores e vereadoras. Eu ouvi diversas razões do porquê do projeto, mas vou me ater a uma, porque eu não vou ter tempo de falar sobre todas. Presidente Mônica, me disseram aqui desta tribuna: por que a União já modificou a de 2001? É claro, eu fui servidor da União. A União tem diversos níveis de crescimento dentro do serviço público, diversos, dez, doze, chegou a quinze níveis, A, B, C, D, e assim o servidor vai crescendo de posto, de possibilidade. Aqui no Município, temos quatro, cinco, talvez seis. Portanto, esse parâmetro não serve, não se enquadra para os servidores municipais. A carreira do servidor, o servidor. Nós temos um básico, repito, ridículo, eu já falei diversas vezes aqui. Em cima do básico, um regime de dedicação de 100%, ou um regime de tempo integral de 50% sobre o básico. Nós temos o quinquênio, o nosso avanço, o 15% e o 25%, a função gratificada e algumas outras coisas menores aí. A proposta, agora vamos para a carreira que foi construída há décadas, há quase um século, ela vem construída nesse sistema, e eu tenho 44 anos de serviço público e 30 de Câmara – só para dar um exemplo. A proposta, nas minhas contas matemáticas, ilustres vereadores e vereadoras, se aprovarmos esse projeto como está, ele vai manter o básico de dois mil e quinhentos, seiscentos e uns quebradinhos, nível superior; mil e quinhentos reais, nível médio. Que salário atrativo que traz tanto transtorno para Porto Alegre? Mais a gratificação de 100 ou 50%, que pela proposta, art. 1º, concede o básico e a gratificação individual sem nenhuma correção. Em 7 ou 8 anos, vai a zero também. Portanto, se esse projeto for aprovado como está, repito, ele vai

manter um básico, um regime não corrigido, e os 3% a cada 5 anos. Se o servidor trabalhar 30 anos, ele vai ter 18% sobre um básico ridículo, quase só. Quase só! Se aprovarmos esse projeto do jeito ele está, meu querido secretário, salvamos a Prefeitura, mas quebramos o serviço público, o servidor público, e quem quebra junto é a sociedade de Porto Alegre. Portanto, faço o meu apelo – trabalhei na União, no Estado e no Município – aos senhores vereadores e às senhoras vereadoras: é preciso transição! Regra de transição que não tem nenhuma! É preciso negociação! É preciso entendimento! E para isso estamos dispostos e estamos aí. As emendas que apresentei, que não tenho tempo de dizer quais são, os muitos vereadores da base do governo disseram: “Ferronato, gostei das tuas emendas”. Pois se gostamos das nossas emendas, vamos sentar e conversar, e com isso fazer aqui para Porto Alegre algo de bom para a sociedade. Aquele abraço, obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Sra. Isabel Letícia de Medeiros, do Conselho Municipal de Educação, está com a palavra.

SRA. ISABEL LETÍCIA P. MEDEIROS: Boa noite a todos e a todas; queria cumprimentar a Mesa, a ótima condução da vereadora – parabéns – e meus colegas municipais. Sou professora da rede municipal e atualmente estou na presidência do Conselho Municipal de Educação e também secretária do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade. Estamos todos nessa luta, para a garantia de uma cidade que respeite a cidadania. Também sou professora na EJA, continuo trabalhando em escola durante toda minha carreira. E agora, em abril, eu cumpro 30 anos de carreira como professora municipal, como servidora pública, e seria uma data de muita satisfação e alegria, se hoje os servidores públicos e os professores da escola pública não fossem transformados em vilões, não fossem massacrados, perseguidos, com a carreira precarizada, culpabilizados por todo o desmonte do Estado, que está sendo feito. Então, nós sabemos muito bem que o desmonte é fruto da transferência do recurso público para o setor privado – é aí que a crise do Estado se instala. Então, é pela privatização, pela ganância individual do mercado e dos empresários, tanto nacionais como em nível internacional, que o País está entrando nessa crise. E a educação, falando um pouco do nosso campo, sofre um momento bastante grave. Não sei se alguém de vocês aqui daria um joelho para um

pág. 22

policia militar ou civil fazer cirurgia, mas cresce essa ideia de que a escola pode, sim, ser entregue à polícia, enquanto que a segurança pública que demanda por segurança e pelo bem-estar da Cidade é entregue à ação individual. Cada um que compre sua arma e saia por aí como num velho faroeste, num banguê-banguê. Então a polícia, que deveria estar zelando pela segurança pública como política pública, está sendo, então, pensada como alguém que pode resolver a situação das escolas.

A educação, hoje, nesse quadro, perde o reconhecimento de um campo de conhecimento específico que requer conhecimento científico e pessoal vocacionado para trabalhar. Nessa cultura que nós estamos vivendo de violência e estupidez que está se consolidando neste País, que, aliás, é o estofo cultural para o entreguismo do País, a escola é destituída da sua função. E nós, professores, alunos e funcionários, estamos virando alvos desses loucos que incorporam radicalmente a ideia de que violar, matar e aniquilar é algo bastante divertido. É o que nós temos visto é o que tem se propagado como ameaça, como prática, graças a essa cultura belicosa que está sendo fomentada no nosso País.

O serviço público, as carreiras públicas valorizadas e salvaguardadas por concurso público têm uma função importantíssima e indispensável na garantia de um estado que cumpre seu papel por meio de políticas sociais para garantir a melhoria da qualidade de vida da população. É para isso que serve o serviço público, é para isso que serve o gestor público, para implementar políticas sociais que venham a qualificar a vida do cidadão que, por meio dos impostos, paga por isso.

Garante igualmente o servidor público valorizado, um estado democrático, cuja oferta de serviço se faz por meio de pessoas qualificadas e experientes e avaliadas por concurso público não entregue ao voluntarismo de aliados políticos, de cabide de emprego ou espaço de experiência, como a gente está vendo na SMED, para o amadorismo daqueles que fazem programas, aplicativos de celular para resolver problema estrutural da educação que tem que ser resolvido com mais investimento público, sim. Então demanda social não se resolve com aplicativo de telefone.

Este é o modelo que está sendo implementado no Município, não é o modelo novo, nós já conhecemos esse projeto de desmonte do serviço público, de culpabilização do setor público, transferindo esse recurso para o setor privado. Isso foi feito, por exemplo, no nosso Estado. A educação pública estadual - nós lembramos bem o que já foi a educação

pública do Estado, escolas de excelência. Eu estudei no Instituto de Educação General Flores da Cunha, que tinha um dos melhores cursos de preparação docente que tinha neste Estado, mas hoje o que aconteceu? Abriu-se para precarização, para contratação emergencial, para contratação como uma política. E isso eu pergunto a vocês, sanou, saldou as finanças do Estado? Nós sabemos a resposta, não é, porque esta estratégia de desmonte do serviço público não responde aos verdadeiros problemas que causam o desequilíbrio financeiro das contas públicas. Para concluir o que eu queria dizer, quem é que está satisfeito com as ações desse atual Governo? Nós temos, no Conselho Municipal de Educação, 15 entidades, 22 conselheiros. Ninguém lá defende as políticas que estão sendo implementadas, elas só estão sendo implementadas porque são feitas por meio do autoritarismo, sem diálogo com ninguém. As entidades que têm parceria com o Município estão todas desagradadas com as políticas, os sindicatos patronais estão todos desagradados com as políticas. Então, cabe a nós pensar bem o que está embutido, a que vem este PLCE nº 02/19 que está em discussão aqui, a quem ele serve. Nós temos o compromisso histórico neste sentido! E educação pública se faz com gestão democrática, com controle social e valorização, sim, dos trabalhadores. O que está sendo feito é o desmonte da política pública, é isso que está sendo feito.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores, colegas municipais que acompanham esta audiência pública tão importante e, digamos assim, conquistada a fórceps pelo Sindicato dos Municipais. Eu gostaria de fazer uma saudação a todos os que estão à Mesa nesta noite e fazer uma saudação especial ao Daniel Rigon, que foi imbuído de comprar uma briga dura. Mas lhe faço um alerta, Sr. Daniel Rigon: o senhor, na sua exposição, na segunda lâmina da sua exposição, chamou o prefeito desta Cidade de mentiroso e ele é seu chefe. O senhor colocou que Porto Alegre teve um déficit orçamentário de R\$ 181 milhões, enquanto o prefeito usou os veículos de comunicação para propagandar boas condições de finanças da nossa Cidade, dado esse que foi veiculado pela Anelise do DIEESE, de R\$ 366 milhões de superávit. Portanto, não dá para entender quando o prefeito usa uma argumentação para

dizer que faz uma boa gestão, que economiza recursos, que enxuga gastos, quando, na verdade, nós sabemos que existem escolas que não têm sequer um bufê para manter aquecida a alimentação das crianças – essa é a economia que o prefeito está fazendo nesta Cidade. Ele está retirando da população os serviços públicos e quer retirar cada vez mais.

No início desta gestão, os primeiros meses de governo, em 2017, nós tivemos uma reunião na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, na qual estavam presentes representantes do Previmpa para discutir o projeto de aumento de alíquota da Previdência, de 11% para 14% e, naquela reunião, eu fiz uma pergunta aos representantes do Previmpa, que vieram expor as intenções do governo. Eu perguntei: se as pessoas que são do regime simples de Previdência – que é o que a maioria das pessoas que têm tempo para aposentadoria – pedirem as suas contas e entrarem para o rol dos inativos do Município, que tipo de impacto vai existir nas finanças do Município de Porto Alegre, se todos que tiverem tempo pedirem sair ao mesmo tempo? O servidor me olhou e disse: “Vai abrir um rombo gigantesco nas finanças do Município”. E eu perguntei ainda: “O prefeito tem noção disso?” Ele disse: “Sim”. Foram encaminhados relatórios e o prefeito tem consciência de quanto maior for o número de servidores pedindo aposentadoria, eles entram em inatividade, parte do custeio sai do Previmpa, mas a Prefeitura cobre o restante, porque no regime simples que vigorou, se não me falha a memória até 2002, a Prefeitura arcava com todo o custo das aposentadorias. Eis a questão: esse homem é um irresponsável. O prefeito desta Cidade é um irresponsável, porque, mesmo assim, continuou a aprofundar o ataque aos servidores públicos. E, como muito bem destacou o Marcelo Matias do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, se continuar esse ataque, muitas pessoas vão pedir aposentadoria, não apenas médicos, mas professores. A professora que me antecedeu, do Conselho Municipal de Educação, já tem tempo hábil para se aposentar, assim como muitos que estão em sala de aula, oferecendo serviço público para a nossa população e que, daqui a pouco, vão pedir as suas contas, vão para a aposentadoria, vão descansar, aliviar a cabeça desse maníaco psicopata, que está botando a faca no pescoço de todo mundo. Essa é a situação. Essa é a situação do Município de Porto Alegre, à qual todos os servidores estão submetidos. A economia que a Prefeitura diz que fará com esse projeto é de R\$ 16 milhões no ano. Dezesesseis milhões de reais no ano. E o Prefeito faz um

recorte orçamentário de R\$ 35 milhões só para publicidade! Para comprar horário no Fantástico, para comprar horário dizendo que a Prefeitura está maravilhosa, quando não está.

Essa semana, eu ouvi um comunicador abrir o seu coração dizendo que o retrato da incompetência de um gestor é chegar no final do ano e ter superávit nas finanças sem oferecer um serviço público de qualidade! Porque se está sobrando dinheiro, esse dinheiro não é do caixa da Prefeitura, esse dinheiro é da população! Esse dinheiro é do asfalto, esse dinheiro é da poda das árvores, esse dinheiro é da capina, esse dinheiro é da manutenção das escolas, dos postos de saúde e do serviço público que é efetuado por esses servidores que aqui estão sendo atacados! Boa noite a todos. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

SRA. SOFIA CAVEDON: Presidenta Mônica, é um orgulho ser chamada de vereadora, para mim, é uma distinção, tenho muita alegria, muita honra do tempo que...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deputada Estadual Sofia Cavedon.

SRA. SOFIA CAVEDON: Deputada, com muito orgulho, mas tenho muito carinho, cumprimento o Pujol, as autoridades aqui presentes, cumprimento cada querido servidor e querida servidora desta cidade de Porto Alegre; os que estão lá na rua, Mônica. E eu não esperava que você fizesse isso, eles estão na rua, no frio, de noite, Presidenta Mônica! Presidenta Mônica, na rua, no frio, de noite, o funcionalismo...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deputada Sofia, um momentinho. Até aqui estamos bem, não incite, por favor.

SRA. SOFIA CAVEDON: Eu quero lhe mostrar...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Todos os que podiam entrar entraram.

SRA. SOFIA CAVEDON: Não, olha lá, Presidenta. (Mostra imagens.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Temos um protocolo de segurança, o PPCI...

SRA. SOFIA CAVEDON: Mas no pátio, Presidenta...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Trezentos e sessenta pessoas; por favor, atenha-se à sua fala.

SRA. SOFIA CAVEDON: Não, está bem, eu não quero afrontá-la, eu quero lhe fazer um apelo. E eu quero mostrar aos vereadores e vereadoras quantos servidores e servidoras estão lá na rua! Estão na rua! E gostariam de saber da suas vidas e ouvir o que foi dito aqui. (Palmas.)

Quero dizer, com muito carinho, aos meus colegas vereadores e vereadoras, inclusive ao Ver. Moisés, que foi injusto comigo hoje, e eu vou lhe mostrar, que os fundamentos do prefeito, pelo terceiro ano consecutivo – fazer o centro da sua gestão o ataque às carreiras dos servidores – não são fundamentos que parem de pé. Os fundamentos econômicos, que é só os que ele põe aqui, são fundamentos que não se sustentam, que a doutora do DIEESE mostrou para nós. No ano passado, 2% de aumento de receita real e 2% de redução de custo com pessoal, o pessoal estar comprometendo não mais que 43 ou 48, que seja, qualquer uma dessas versões de gasto ou comprometendo os recursos do orçamento, Ver. Janta, esse indicador nunca foi do nosso tempo, nunca foi isso! Todos os anos do governo do PT beirou 50%, 51%, e assim foi com o Collares, assim foi com o Dib, assim foi com o PMDB, Ver. Valter. E todos esses governos, Valter, pagaram em dia, recompuseram a inflação (Palmas.) – recompuseram a inflação –, melhoraram aqui e ali a carreira do funcionalismo. Então, mas o que explica que o prefeito Marchezan, arrochando salário, parcelando, atacando carreira sistematicamente, não consiga sequer governar esta Cidade, sequer colocar algum insumo nesta Cidade? (Palmas.) A pergunta é essa. Para onde está indo o dinheiro dos cidadãos da cidade de Porto Alegre?! Para onde está indo este recurso? (Palmas.) Porque, com os mesmos indicadores, vereadores Alvoní e José Freitas, os outros governos de todos os partidos governaram fazendo a

Cidade crescer, avançaram, nomearam servidores, fizeram concurso público, não fizeram o que esse prefeito nefasto está fazendo, destruindo as carreiras, destruindo a Cidade. Então não há o superávit. Auditoria, transparência, por favor! Que vergonha! Tribunal de Contas, Ministério Público, nos ajudem a mostrar que é uma vergonha esse discurso falso e vazio do prefeito Marchezan. O segundo ponto já foi dito aqui, mas eu vou repetir. A razão verdadeira então é o ódio ao serviço público, é o ódio ao servidor. E esse ódio vem da incompetência de governar o serviço público. E esse ódio não pode ser repercutido por esta Casa, e não é, eu tenho certeza. Sabem quais são as consequências dele? Além de o funcionalismo estar se aposentando, quem pode, vai se exonerando, indo para outras carreiras. Sabem qual é a consequência? A Cidade está perdendo recurso, a Cidade perdeu milhões a fundo perdido para drenagem urbana, por desautorizar os servidores a fazerem reunião com a Caixa, por desprezar o conhecimento técnico dos servidores! É por isso que perderam recursos e agora estão para perder do Centro de Eventos, perderam recursos para a Educação, Karen, recursos a fundo perdido, conquistados, não concluem as obras. A consequência é que está desorganizado o serviço público. Os professores que são responsáveis, faz 20 dias que terminaram as aulas e agora têm que fazer greve porque têm que resistir ao desastre dessa gestão! Essas são as consequências. Concluo, Presidente Mônica, dizendo que não nos enganemos e não se enganem, senhores vereadores e senhoras vereadoras. Este desgaste que o prefeito tenta, repetindo mentiras, impingir ao funcionalismo, chamando de privilegiados, de incompetentes, de gente que só dá peso... Esse desgaste não pegou nos funcionários, porque diferente do prefeito, a Cidade ama o funcionalismo público, os seus servidores. Quem está sofrendo desgaste é o prefeito, que não pode mais andar na Cidade, porque é vaiado, como aconteceu no Bourbon. Quem a Cidade está rejeitando, Presidente Mônica, é o prefeito! Tudo que ele fez para destruir a carreira não pegou nos servidores, sabem por quê? Porque os médicos estão lá ressuscitando as pessoas, Ver. Moisés. E hoje, o Ronald, no tempo que tinha um protesto longe da porta, eles ressuscitaram um homem que chegou quase morto lá. Eles estavam salvando crianças, estavam salvando uma senhora que veio da Santa Casa, orientada a ir para o PA da Lomba do Pinheiro, que ele quer privatizar, sim! Os nossos servidores, apesar de tudo, seguem servindo à Cidade e cumprindo o seu dever. Por favor, por favor, Câmara Municipal, respeite os servidores e impeçam o prefeito de destruir esta Cidade! (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite a todos e todas, quero cumprimentar a Mesa, saudar esses aguerridos municipais de Porto Alegre. Se não fossem vocês, isso daqui não teria acontecido; se não fossem vocês, este projeto já teria sido votado no ano passado. Quero saudar essa resistência, que vem fazendo tudo o que o Marchezan não vem fazendo, que é o diálogo com a população, que é o diálogo nos locais de trabalho. E também saudar esses quase dois mil trabalhadores que não estão conseguindo acessar a discussão aqui dentro, mas que estão se colocando em luta, com garra, para fazer a campanha que esta Cidade merece, que é a defesa das instituições públicas.

O governo tem a cara de pau de vir trazer aqui dados e argumentos colocando uma economia de R\$ 16 milhões, caso esse projeto seja aprovado. E a gente já vem denunciando o gasto com a propaganda para falar bem do governo dentro das comunidades, dentro das vilas da cidade, mas aumentar, colocar que além dos R\$ 34,9 milhões gastos em propaganda, os R\$ 65 milhões que estão sendo gastos do caixa da Prefeitura em folha de pagamento de CC, para coesionar a base do governo aqui dentro da Câmara dos Vereadores! Quase R\$ 100 milhões gastos só neste ano de 2019, isso está previsto, está no portal da transparência, para fazer propaganda da Prefeitura e para estar conseguindo aprovar projetos - aqui dentro desta Casa – que interferem diretamente na qualidade dos serviços públicos da Cidade. Junto a isso, vou trazer uns dados, que vieram do DIEESE, R\$ 66 milhões, nos últimos dois anos, em isenções fiscais para empresas na cidade de Porto Alegre; R\$ 1 bilhão é a dívida, sobretudo, do setor financeiro em impostos, em ISSQN, que não são pagos ao caixa da Prefeitura; mais de R\$ 700 milhões de dívida de IPTU, principalmente do setor financeiro. Só uma imobiliária deve mais de R\$ 20 milhões para o caixa da Prefeitura.

Eu acho, senhores e senhoras vereadores, que nós deveríamos estar aqui trabalhando para que essas dívidas sejam cobradas, porque crise há sim. Vocês colocam muito bem, quando tem para os CCs, tem para os amigões, mas não tem para a maioria dos trabalhadores desta Cidade que sustentam, que dão vida para a cidade de Porto Alegre. Então, coloco aqui, também, esse apelo, enquanto professora da rede estadual, antes de

estar vereadora, que sofreu todo o arrocho do Governo Sartori, pois foram quatro anos de parcelamento de salário, quatro anos sem reajuste inflacionário, quatro anos com aumento da alíquota da nossa previdência e, agora, sem a nossa licença prêmio que a gente perdeu, nesse ano, com a continuidade do Governo Leite.

Em nada mudou, em nada melhorou a situação do ensino público da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Bem pelo contrário, o que a gente está vivendo é uma situação de calamidade. São professoras adoecidas, são professoras se suicidando, é evasão escolar, é repetência, e é essa a saída da crise que esse grande setor, os amigos do Governo Marchezan, vêm querendo implementar. E a gente não pode permitir que o Júnior consiga fazer isso com a nossa cidade de Porto Alegre. A luta, a resistência, a nossa mobilização, aqui dentro da Câmara e principalmente na rua, vão ser fundamentais. Quero fazer um apelo para a base do Governo: coloque o dedinho na consciência, que esse ano não é eleitoral, mas o ano que vem vai ser sim. E a gente tem memória, e a gente vai fazer muita campanha dentro das nossas comunidades para denunciar os problemas que estão acontecendo e que vão se potencializar se esse projeto for aprovado. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Fabiano Negreiros, militante comunitário, está com a palavra.

SR. FABIANO NEGREIROS: Boa noite a todos, boa noite aos vereadores, boa noite aos servidores, boa noite a nossa comunidade de Porto Alegre. Quero agradecer o convite para estar aqui. Como simples militante comunitário e pai de aluno da rede municipal, eu não domino muito o microfone como as pessoas que me antecederam, então vou tentar fazer breves colocações aqui. Estou aqui, principalmente porque o momento a que Porto Alegre chegou, para nós é um momento de saturação, não dá mais. Depois do que ouvi acontecer no dia 13 de março, eu seria um covarde se não tivesse aceito este convite e não estivesse aqui. O ano letivo deveria ter começado no dia 13 de março, mas para as nossas crianças, para muitas crianças do Município de Porto Alegre as aulas não começaram, e eu presenciei crianças chorando porque queriam estar na aula, e por uma orientação da SMED, ou melhor, por uma manifestação da SMED, ainda não havia sido definido professores para dar aulas para essas crianças. Estou falando dos nossos filhos

aqui de Porto Alegre. E quando o Estado dá as costas para nossas crianças, quando o Estado diz que as crianças não vão poder ficar na sala de aula, é hora de os pais assumirem essa luta. (Palmas.) Uma das poucas certezas que tenho é que servidor não faz parte do problema, faz parte da solução nesta Cidade, e a gente está aqui para dizer que esta luta é de todos, porque nossas crianças não podem ficar sem aula. A gente tem uma Constituição neste País, a gente tem um Estatuto da Criança e do Adolescente que determina os direitos dessas crianças, e o que a gente vê hoje essa Prefeitura e essa Secretaria Municipal da Educação fazerem com nossas crianças, volto a dizer, nós, pais, seríamos uns covardes se sumíssemos das lutas das nossas crianças. Então atacar quem implementa as políticas públicas, atacar quem dá aula para nossas crianças é atacar nossas crianças. (Palmas.) A gente tem um prefeito em Porto Alegre que ouço muito dizer que não tem dinheiro. Aí a gente analisa, por exemplo, uma comunidade que conheço muito bem, que é a comunidade da Vila Cruzeiro, e ali tem o atestado de incompetência administrativa desta Prefeitura. Para quem conhece a comunidade da Cruzeiro, tem uma escola chamada Escola Alberto Bins, fundada por Leonel Brizola - esta escola foi fechada no ano passado. Um espaço de dois pavilhões incrível, e hoje está abandonada, na região da Cruzeiro - está abandonada na região da Cruzeiro! Próximo à região da Cruzeiro, na Av. Oscar Pereira, tem o nosso conselho tutelar. A Prefeitura aluga o prédio na Oscar Pereira - eu não sei o valor do aluguel, mas eu tenho certeza que não é um aluguel barato. E mesmo a comunidade esperneando, dizendo: "Olha aqui, Prefeitura, se não tem dinheiro, por que não pega o nosso conselho tutelar e faz um termo de cooperação, ou, seja lá o que for, com o Estado, por que não ocupa essa escola aqui para diminuir o ônus para a prefeitura, a título de aluguel, mas também para dar uma destinação social para esse espaço que está lá na Cruzeiro, completamente abandonado? Entendem? Então, são discursos do prefeito que a gente não aceita mais porque não condizem com a realidade. Tem um ditado que eu gosto muito, que diz o seguinte: "A cabeça só pensa onde os pés pisam." Esse prefeito não caminha por Porto Alegre, ele não vai às nossas comunidades conversar, ele faz gestão trancado no Paço Municipal e não tem a mínima noção do que está fazendo ou do que não está fazendo. Encerro para dizer que atacar a política pública é atacar as nossas crianças; e atacar os professores, atacar os servidores é atacar nossas famílias também. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, eu acho que a situação é muito grave - é uma situação muito grave. Eu não vou entrar aqui nos argumentos, todos sabem a posição do PSOL sobre esse projeto; o projeto é ruim para a cidade de Porto Alegre. Nós temos uma contradição irreconciliável com o governo Marchezan. Isso é um fato, essa é a nossa localização política. Por que é uma situação preocupante? Porque mudou, mudou a relação de forças no interior da Câmara dos Vereadores do ano passado para cá. E todos sabem, todos que estão acompanhando a vida política de Porto Alegre sabem que o grande projeto, o único projeto, que eu acho que é um desastre, razão pela qual, na minha opinião, a cidade de Porto Alegre só pode melhorar quando este governo for substituído, porque todo o projeto do governo... Mas o governo ainda tem seu tempo, e a relação de forças na Câmara melhorou para o governo, infelizmente a política tem disso: às vezes a gente acha que as coisas não podem piorar, e as coisas pioram. O governo tem um projeto, faz dois anos, que é centro do governo: liquidar o serviço público - atacar servidores, liquidar o serviço público. Nos últimos dois anos, felizmente ele não conseguiu. Ele paralisou a máquina, ele vai desmontando o serviço, mas ele não liquidou a carreira, por exemplo; ele avançou muito no ataque aos professores, muito, nós sabemos disso, o governo municipal quer impor uma derrota aos servidores públicos municipais. Nisso, eu discordo do Cesar, eu não acho que o projeto seja econômico, não a mudança global, mas o objetivo central é a derrota, é quebrar a coluna vertebral de uma resistência democrática que existe em Porto Alegre em defesa do serviço público, porque a economia é de R\$ 16 milhões, de R\$ 20 milhões, e todos já falaram aqui: ele vai gastar agora R\$ 35 milhões em publicidade. Então, o centro não é econômico, embora tenha, evidentemente, um aspecto econômico. Para derrotar esse projeto, eu tenho falado isso, a única forma de derrotar - e vocês sabem que nós temos essa linha, o PSOL tem essa linha, nós não somos muito conhecidos como conciliadores -, eu acho que para derrotar um projeto como este é preciso um levante da categoria dos servidores públicos, essa é a forma; a lógica só da relação de forças na Câmara não viabiliza isso. Ao mesmo tempo, eu sou realista, eu sei qual é a situação: apesar de uma resistência importante da categoria, há dificuldades de mobilização em relação ao ano passado - são dois anos sendo atacados, eles tentam quebrar a resistência pelo cansaço

–, conseguem uma maioria na Câmara, com essa maioria na Câmara, sem um grande levante na rua, eles conseguem aprovar o objetivo do governo, que é derrotar a categoria. Ao mesmo tempo, quero chamar atenção do Conceição, do Medina, do Freitas, porque aqui na Câmara, contra esse projeto talvez tenhamos 13 vereadores - decididos contra esse projeto -, e a batalha, na Câmara, é a batalha dos 19. Eu, apesar de pouco tempo na Câmara, na verdade, já estou há algum tempo na política e já conheço como as maiorias são constituídas. No ano passado, sinceramente, a gente viu, eu percebi na hora, no momento em que nós conseguimos os 19; a gente fez uma frente, e se garantiram as derrotas dos projetos puramente pela atividade parlamentar.

O discurso do Thiago aqui, se faltaram argumentos, teria que ser suficiente; se fosse por argumentos, o discurso do presidente do Simers teria que ser suficiente; assim como o do Dr. Marcelo Matias e o do Dr. Cesar, também. O problema não é só os argumentos, o problema é a relação de força. E, sob o ponto de vista da relação de força, qual é o esforço que eu vejo? Falando para o Conceição, para o Medina, aqui tem um problema, vocês têm que prestar atenção nos argumentos pelo seguinte: pelos impactos, pode ser que não tenha condições de ter um levante dos municipais para derrotar o projeto, mas levem em conta o que vocês ouviram, porque as consequências vão ser muito ruins para Porto Alegre, e vocês não querem consequências ruins para Porto Alegre.

Aqui, tem cinco, seis vereadores que podem decidir por um lado ou por outro, e são esses cinco ou seis vereadores que vão decidir. Eu apelo para a Presidente Mônica, com quem tenho divergências tremendas, mas eu não vou discutir as nossas diferenças, aqui o meu esforço não é para a gente polarizar, o meu esforço é para que a Presidente Mônica assuma, porque, se o governo ganha essa parada, e o Marchezan fica feliz, vai perder Porto Alegre, e Porto Alegre vai perder na sua gestão. E a Câmara Municipal tem que ser um poder autônomo! Nós não podemos aceitar, e a senhora é a Presidente, a senhora tem tentado desenvolver uma gestão que é uma gestão democrática, minimamente, onde os argumentos têm algum valor. Se for só a relação de forças, é mais duro. Eu acho que, se for só a relação de forças - esse é o ponto - o que tem que balançar a relação de forças para o lado da sensatez é a Presidente da Câmara, junto com os vereadores, como os do PRB, como o Sr. Medina, o Sr. Freitas, o Sr. Hamilton... Nós podemos estabelecer, e esse é o meu apelo, uma mesa de negociação. O governo queria votar isso em pleno carnaval! Um desrespeito, um desrespeito à Cidade. Vejam só, não é ideológico o

problema. Que eu saiba, o presidente do Simers, ideologicamente, não tem identificação nenhuma com o PSOL, porque, às vezes, eu vejo gente dizer: “Ah, porque o Simpa, dirigido pelo PT, dirigido pelo PSOL, manipulado...”. É um desrespeito tremendo ao Simpa, aos servidores; é um discurso rebaixado, desqualificado. Agora, o Simers responde ao quê? Responde aos esquerdistas do PSOL, aos aparelhos... O que é isso? Eu acho que é preciso escutar, encaminhar uma verdadeira negociação. Esse é o meu apelo à presidente da Câmara, para encabeçar, e o Valter, que estava querendo que o meu tempo encerrasse, e encerrou, que também ajude neste sentido. Valter Nagelstein, ajude a resolver o problema e não atrapalhar a cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. A Sra. Luciane Pereira da Silva, representando o Simpa, está com a palavra.

SRA. LUCIANE PEREIRA DA SILVA: Boa noite, eu quero dirigir, primeiro, uma palavra aos meus colegas que estão em frente à Câmara, às 21h37minutos da noite, numa demonstração de resistência, porque a situação que nós estamos vivendo, o ataque que nós estamos vivendo, nós, servidores municipais, comunidade, e a cidade Porto Alegre, se agrava a cada ano. O prefeito Marchezan elegeu o serviço público e os servidores municipais como inimigos. E com o pode alguém que prezasse a população de Porto Alegre e o serviço público eger quem atende, justamente, essa população?! Isso tem um significado: é por que o prefeito Marchezan não se preocupa com a população de Porto Alegre.

Nós trabalhamos em todas as regiões da Cidade; nós ouvimos a população desta Cidade, e nós sabemos que essa gestão do prefeito Marchezan é uma gestão temerária, é uma gestão que prejudica o povo de Porto Alegre, porque não existe serviço público sem servidor público valorizado, e isso é responsabilidade também dos vereadores aqui desta Casa. Vocês não estão aqui para fiscalizar o serviço público que é oferecido à população, a gestão do recurso público? É isso ou não é isso, porque nós ouvimos a população? O prefeito não ouve ninguém, o prefeito não ouve os procuradores, o prefeito não ouve os médicos, o prefeito não ouve os professores, o prefeito não ouve a população; eu não sei se ouve os vereadores. Infelizmente, é isso e é por isso que nós servidores públicos estamos aqui, porque estamos resistindo já, no terceiro ano, a uma gestão que retira

direitos da população de Porto Alegre de ter a garantia de um serviço público de qualidade, e é responsabilidade desses servidores públicos aqui sentados nesta Câmara porque são servidores públicos eleitos e são eleitos para garantir que a população tenha o melhor e não retirar a carreira que vai tornar o serviço público... Quem vai querer entrar na carreira do serviço público com uma redução de 40%? O básico do servidor público de ensino fundamental é inferior ao salário mínimo, bem inferior ao salário mínimo regional. O básico do servidor de ensino médio é inferior ao salário mínimo regional. Já foi rejeitado este projeto aqui na Câmara no ano passado. O que mudou? Porque o projeto é o mesmo, foi rejeitado, e lembro bem, Presidente Mônica, de declarações de voto dizendo não vamos colocar nas costas dos servidores a má gestão do recurso; não é fazendo caixa com o salário, com a folha de pagamento que nós vamos desenvolver esta Cidade”. Dezesesseis milhões dizem que é a economia com a folha de pagamento. Eu quero perguntar para os vereadores: se este projeto for aprovado, a cidade de Porto Alegre, ano que vem, vai estar melhor para a população? Então, em defesa da Cidade, valorizar o serviço público, valorizar os trabalhadores e valorizar a população de Porto Alegre é responsabilidade desta Casa. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu confesso a vocês que eu esperava que esta audiência pública pudesse oportunizar para nós aquilo que é o seu principal objeto, escutar ambas as partes para a gente poder construir algo que faça parte de uma negociação, que permita que a gente avance na Cidade. Eu confesso que, da nossa parte, daqueles que são contrários ao projeto e de diversas entidades que se manifestaram, surgiu esta vontade, apresentando uma série de argumentos que, inclusive, quero reforçar. O fato, Daniel, é que o governo não nos traz nenhuma novidade, a não ser a sua determinação em aprovar esse projeto, em regime de urgência, como nós estamos vendo aqui lamentavelmente. Eu quero reforçar a nossa posição, a posição do nosso partido de votar contrariamente, se o governo não abrir uma mesa, uma rodada, um ambiente em que a gente possa, realmente, construir. Eu já reforço o primeiro motivo, que é essa falta de diálogo. Esta audiência pública só acontece porque fomos à justiça, porque o governo coloca em

regime de urgência, tem a maioria na Casa, e pretendia, Ferronato, votar isso às vésperas do carnaval. E não foi só agora, porque lá em 2018 nós só derrotamos o projeto porque este vereador foi à justiça e conquistamos o direito de ter portas abertas para serem votados os projetos que tratavam da carreira dos servidores. (Palmas.) Então não é essa prática que nós estamos acostumados na Cidade. Pois eu quero aqui reforçar a importância que nós venhamos a construir o diálogo para que possamos enfrentar os desafios, que são muitos. Nós não deixamos de reconhecer que há um desequilíbrio entre receita e despesa no Município, que tenhamos que enfrentar. Ora, o Executivo aqui aprovou uma série de projetos. Saiu na imprensa recentemente que nós aqui, oposição, partidos que não compõem a base, aprovaram mais de 85% dos projetos enviados pelo Executivo. Então, não há falta de disposição nossa em aprová-los, agora tem que haver a discussão, tem que haver a negociação.

A segunda questão muito importante aqui, trazida pelo Procurador Cesar, que representa aqui os nossos procuradores, é a questão de um passivo trabalhista, um passivo judicial que irá se criar, algo que tem que ser muito bem tratado, vindo da procuradoria, do representante dos procuradores. Não pode aqui o governo querer aprovar simplesmente através de uma maioria e deixar um passivo para as futuras gerações. Então, esse é um dado importante, Cesar, que tu trouxeste para nós, para esta noite de hoje.

Outra questão importante que nós temos que respeitar e já foi aqui também trazida pelos oradores que me antecederam, é o fator do direito adquirido. As pessoas conquistaram avanços na carreira não foi por acaso, Terres, foi ao longo da sua história, da sua vida de serviços prestados ao Município, de anos dedicados ao Município. Isso tem que ser respeitado.

A quarta questão é o plano de carreira. Quem decide, quem opta pela carreira pública, tem o bônus e tem o ônus. Eu optei pela carreira, decidi procurar a estabilidade, e isso tem que ser respeitado; aliás, uma bela revisão no plano de carreira é o que nós sempre discutimos aqui no Município, mas que não venha retirar os direitos, que nós possamos preservá-los e fazer com que os desafios que nós temos hoje, que são muitos, sejam através dos nossos servidores municipais.

Então eu quero dizer a vocês que nós já temos uma posição formada, que nós reforçamos aqui a importância, que possamos rever aqui uma ampla negociação, uma bela discussão. Eu finalizo a minha fala dizendo o seguinte: Ver.^a Mônica, nossa

Presidente, esteve aqui, há alguns anos, uma blogueira cubana chamada Yoani Sánchez. Perguntada pela imprensa como funcionava o Parlamento em Cuba, ela respondeu: “Olha, nosso Parlamento é quase que um escutamento, ou seja, só dá ouvidos ao que o Poder Executivo nos envia e nós, lá, só vemos o Parlamento aprovando tudo”. Eu acho que, se nós nos voltarmos a um passado recente, quando as coalizões tomaram conta do nosso Parlamento, nós podemos achar uma semelhança muito grande. Vivemos um momento político muito diferente, em que a autonomia do Parlamento é necessária para fortalecimento da democracia, e que nós possamos aqui garantir aquilo que é de mais essencial no Parlamento, Mônica - tenho certeza de que tu tens essa convicção e sabes muito bem a tua missão: que possamos garantir o amplo debate e que possamos construir, através do diálogo, os caminhos necessários para que o nosso Município possa retomar o nível de investimento, possa garantir em dia o pagamento dos nosso servidores e que possamos oferecer ao nosso cidadão uma cidade que todos nós queremos. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Com a palavra a Sra. Carmen Padilha, professora municipal.

SRA. CARMEN PADILHA: Boa noite à Mesa; Presidenta, vereadores e vereadoras, meus queridos colegas que estão aqui acompanhando este momento tão importante, aqueles que estão aqui dentro e os que estão lá fora porque estão impossibilitados de entrar. Eu falo aqui em nome de coletivos de municipais que reivindicam da CSP-Conlutas, o Alicerce, CEDS, o Democracia e Luta e o Podemos Mais Municipais. E queria iniciar a minha fala enfatizando a importância deste momento, porque, mesmo que tenha sido conquistado na justiça, é um espaço de diálogo, diálogo que tem faltado sempre na nossa Cidade. Este prefeito, desde que se elegeu, propõe governar a Cidade sem dialogar com os servidores que executam as políticas desta Cidade e ignora os trabalhadores da educação, da saúde, da assistência, da infraestrutura, da limpeza urbana, todos e todas; ele quer governar no seu gabinete de forma autoritária, ditatorial. Parece-me que é um papel importante que a Câmara, como poder autônomo, exerça essa função, a de forçar o diálogo entre o governo para que ouça, sim, os seus servidores.

Quero dizer que esta luta pela nossa remuneração não começou agora. Em 2015, fizemos uma greve para dizer que não tinha efeito cascata, que o regime era legal e que nós não poderíamos aceitar uma perda de mais de 30%. Naquela greve nós conquistamos pela justiça, o Tribunal de Justiça dizendo que a greve era legal e a Câmara de Vereadores aprovou uma lei por unanimidade dizendo que a nossa remuneração era legal. Isso foi em 2015.

Quando o Marchezan assume em 2017, a sua primeira medida é apresentar este maldito projeto - nós derrotamos. Em 2018, reapresenta o projeto - derrotamos, derrotamos com a nossa luta, com a nossa mobilização, com greve. Alguns nos acusam de que os municipais e municipais só querem fazer greve todo ano. A pergunta que eu faço para os vereadores e vereadoras: vocês também não fariam se tivesse a perspectiva de perder 30%, 40% dos seus salários, salários que estão congelados, salários que são parcelados? É justo? A gente não faz greve porque quer? Não, a gente faz greve porque precisa.

Eu sou professora no Morro da Cruz, estava dando aula até dia 21 de fevereiro, me reapresento no 25 e já estou em greve de novo. É por que eu gosto? Não. É porque eu preciso. É intolerável aceitar uma crueldade dessas que é o corte dos nossos salários. Aqui, o representante do governo disse que a União já tirou direitos, que o Estado já tirou direitos. A pergunta que eu faço: resolveu? O Estado diz que está quebrado, parcela salário, congela, aumenta alíquota da previdência. A União agora também diz a mesma, por que não resolve? Porque o problema não está nos trabalhadores; o problema está nas isenções fiscais, está na dívida pública, está nas prioridades desses governos. Esses são os verdadeiros responsáveis pela falência, se é que estão, porque não acreditamos nisso também. Mas quero aqui, companheiros e companheiras, dizer que a gente quer, sim, ser ouvido; ouvido pelos vereadores que têm o poder de decisão - a maioria já não está nem escutando muito aqui. Mas, se não for por aí, temos o caminho da nossa luta, o caminho da nossa greve. É esta a tarefa que está colocada para nós a partir de agora, é construir a maior, a melhor, a mais forte greve que a gente possa para impedir a destruição das nossas carreiras, para impedir a destruição dos serviços públicos de Porto Alegre. É isso, vamos puxar para as nossas mãos a possibilidade, sim, da derrota desse PLCE Nº 002/19 nº 02/19. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Informo que neste momento contei 50 cadeiras vagas, portanto, permito que entrem mais 50 pessoas, só para conhecimento de todos.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidente da Casa, Ver.^a Mônica Leal; em nome do Simpa, saúdo os demais membros da Mesa, parabenizando, inclusive, a ação movida pelo Simpa, motivo pelo qual estamos aqui, ganhamos o direito de debater mais através de uma ação judicial. Quero saudar todos os servidores que estão aqui e a todos que estão ali fora nos acompanhando. O governo Marchezan leva consigo duas grandes marcas: a primeira delas, constatada por todos os cidadãos e cidadãs, é o abandono da Cidade, e não é só a constatação do porto-alegrense, mas de todos os que vêm ou passam por aqui. A segunda delas, como a própria colega falou há pouco, é a perseguição ao servidor público, que, nos três anos seguidos, protocola projeto, encaminha regime de urgência, retira regime de urgência, encaminha novamente. E assim ele fez nos três anos. Agora, com esse projeto de lei, e saiu na imprensa esta semana, já sabíamos que isso poderia dar em torno de R\$ 16 milhões a R\$ 20 milhões por ano, e a imprensa diz exatamente a palavra do governo: em cinco anos, a ideia é ter uma economia – olha só, para ele, é economia que vai em caixa – de R\$ 100 milhões. O governo tem mais dois anos, ele tinha que se preocupar em fazer a gestão em dois anos, mas não precarizando os serviços, destruindo com a carreira do servidor público. Nós percebemos aqui que, se ele retirasse somente a verba de publicidade de R\$ 34 milhões, ele já teria o recurso suficiente para poder suprir praticamente quase os R\$ 40 milhões dos seus dois anos! (Palmas.)

O governo Marchezan, quando assumiu, tinha 696 CCs, agora, em fevereiro de 2019, ele tinha 849 CCs. Os senhores sabem o quanto representa a folha de pagamento dos 849 CCs? Representa R\$ 64.993.000,00 – R\$ 64 milhões! Ele tinha que começar a cortar recursos da sua própria carne, como muitos dizem. Não, ele aumenta e vai aumentar mais! Os CCs vão aumentar! Ou vocês não acham que a cooptação de vereadores que saem da oposição ou dos independentes e vão para a base não ganharam nada? Tem uma suspeição! Há bancadas que, inclusive, falaram, ou a rádio-corredor espalhou por aí, que levou 20 CCs cada bancada. É lamentável isso, pessoal, porque nós nos sentimos deslocados, indignados, como qualquer cidadão, com a política feita por troca-troca, isso

é lamentável. Não foi por acaso que aqui, na Câmara, também se constitui um bloco e deixou o PT e o PSOL fora de tudo! É real isso, pessoal – é real. Mas nós não nos entregamos, porque o povo nos deu espaço para estarmos aqui no microfone e poder dialogar com a sociedade aquilo que acontece nos parlamentos, ou nesse alinhamento político dos três poderes: federal, estadual e municipal. Não é por acaso que querem ali não só terceirizar, mas privatizar o serviço da saúde, ali do pronto atendimento da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, lá do postão da Cruzeiro. Não é por acaso, quanto pior para eles, melhor para privatizar, para vender, para terceirizar! Lamentavelmente, o governo perdeu a noção do que ele quer para a cidade de Porto Alegre. Infelizmente, Ver. Valter, nós vamos perder a disputa aqui, se vocês continuarem com essa política! Se os senhores continuarem com essa política, apoiando um governo que não olha para os pobres, como diz o Janta: ele não gosta de pobre! E nós estamos aqui para lutar para todos, fiscalizando, sim, o serviço público. Para concluir, Presidenta, dizer que para vocês e para nós, segunda-feira, essas ruas no entorno da Câmara têm que estar tomadas por vocês, pelos cidadãos, pelas famílias, para dizer ao prefeito que ele não é um prefeito real, que ele conduziu uma promessa para a Cidade e mentiu para os cidadãos! Essa é a verdade. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada, Ver. Oliboni. A Sra. Sinthia Santos Mayer, da ATEMPA, está com a palavra.

SRA. SINTHIA SANTOS MAYER: Boa noite, eu quero tomar a liberdade essa noite de falar com o conjunto de vereadores que acompanha essa audiência pública. Acho de extremo bom gosto e respeitoso conosco, nós, trabalhadores municipais, que os vereadores permaneçam aqui no local e acompanhem a nossa audiência pública. Nós viemos falar com vocês. E como representante dos trabalhadores em educação no Município de Porto Alegre, eu quero, juntamente com as falas que me antecederam, dialogar com vocês do porquê somos contra esse PL. Esse é o terceiro ano em que nós, trabalhadores em educação, nos deparamos com uma tentativa sucessiva de acabar com a nossa carreira de municipais. E aqui, enquanto trabalhadora em educação, eu quero falar do quanto isso tem impacto na vida das nossas comunidades. Já me antecederam aqui pais, colegas da rede, e mais uma vez eu acho que é importante trazer esse debate,

pág. 40

porque o mesmo governo que tem um superávit ele é o governo que quer acabar com os regimes, porque ele não diz que vai extinguir os regimes, mas, na medida em que ele apresenta um projeto que, no final das contas, vai transformar numa parcela, num abono, vai congelar essa parcela, ele diretamente está nos retirando da sala de aula e, portanto, deixando de atender os alunos na rede municipal. Porque, sim, nós trabalhadores em educação temos regime para dar conta das turmas, para atender os nossos alunos nas nossas escolas, porque, se não fossem os regimes, nós não teríamos o atendimento que nós temos hoje na rede, porque faltam profissionais! O mesmo governo, e os vereadores que me antecederam, a Karen trouxe isto, o Oliboni, o mesmo governo que tem 849 CCs tem lá...Em 2019, nós temos o dado de um déficit de professores de 868 professores na rede municipal. Então, alguns vão dizer que esse governo é atrapalhado. Eu penso que não, por isso quero falar com os vereadores da Casa, que a gente precisa fazer esse exercício. Qual é a intencionalidade deste governo que opta por ter 849 CCs, e eu não acho de todo mal ter, afinal ele traz os seus profissionais, mas por que nós temos 868 profissionais da educação faltando nas salas de aula? Qual a intenção disso? Qual é a intenção de apresentar aqui a possibilidade de fazer um contrato para professores, quando nós temos na rede um quadro efetivo, um coletivo de profissionais que são do quadro e que dominam uma expertise, que é a possibilidade de uma rede inclusiva. O mesmo governo que faz toda essa economia, que tem esse superávit é o governo que não manda professores para as escolas. E, pasmem, temos colegas aqui da Restinga, alguns já se foram pelo adiantado da hora, porque amanhã de manhã atendemos alunos, fecha cem vagas na escola Pessoa de Brum em 2019. Por quê?! Por que nós vamos fechar cem vagas, fechar cinco turmas numa escola em pleno início de ano? Esse é o governo Marchezan. Por que nós, neste cenário, trabalhadores em educação, nos posicionamos contra? Porque, de fato, diariamente nós nos deparamos com um governo que ataca a oferta pública nesta Cidade. Como se dá isso nas nossas escolas? Nós temos fechamento de turmas, nós temos o fim das turmas integrais. Se a Cidade ainda não se deu conta, nós iniciamos o ano de 2019 com falta de turmas integrais na maioria das escolas. Isso, sim, é fechar as escolas. Então nós não estamos aqui simplesmente para discutir a questão salarial, mas o quanto este projeto, lá na ponta, ataca a oferta pública nesta Cidade. Então se nos perguntam por que nós somos contra, nós somos contra exatamente por isso. Porque, quando nós fizemos concurso, nós fizemos concurso

numa rede pública, nós fizemos a opção por trabalhar com a escola pública e nós ajudamos a construir um projeto de rede que é inclusivo. O que é inclusivo no dia a dia? É que o nosso aluno passe a maior parte do seu tempo dentro da escola, sendo atendido por profissionais qualificados, concursados e que têm uma formação integral. Este projeto, além de atacar o HPS, além de fazer com que a carreira na área da Saúde seja ameaçada, nós, profissionais em Educação, estamos sendo retirados da rede municipal de educação. Então, 868 vagas hoje na rede municipal são de responsabilidade do governo Marchezan. E eu quero chamar a atenção dos vereadores que nos acompanham aqui hoje nesta noite de que isso é algo perigoso para a cidade de Porto Alegre. Então, quero fazer esse apelo para que a gente possa olhar esse projeto na íntegra. A audiência pública cumpre esse papel, e, portanto, eu acho que nós precisamos ganhar mais tempo para olhar, de fato, quais são os impactos na vida da cidade de Porto Alegre. Boa noite, muito obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Uma boa noite a todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Município de Porto Alegre, à Presidente desta Casa, quero lhe dar os parabéns por conduzir os trabalhos do jeito que está sendo feito, em plena harmonia e concordância, respeitando todos. Cumprimento o Daniel, a Denise, o César, o Terres, representado os municipais, e todos os municipais que se encontram na rua, aqui na Câmara de Vereadores, em casa, nos assistindo e vendo esta audiência pública. Eu quero iniciar por uma pequena palavra: regra. Começamos esta audiência pública aqui com uma regra; nós iniciamos as nossas sessões aqui na Casa com uma regra; a nossa vida é constituída de regras, Ver. Cláudio Conceição. As senhoras e os senhores entraram no serviço público e tinha uma regra; essa regra previa o que as senhoras e os senhores têm na carreira pública. Era uma opção. Eu poderia ter feito concurso público, como o Conceição fez, como o Rafão fez e tantos outros aqui, mas optei por não fazer, optei por continuar na iniciativa privada e lá continuo. Mas é uma opção e tem uma regra. Eu sei a regra de onde eu estou trabalhando, eu sei a regra de quando eu me elegi aqui para vereador da cidade de Porto Alegre.

Agora, quero fazer um raciocínio com os colegas da Casa que são advogados, que são engenheiros, que têm suas profissões. Assinam um contrato com um cliente, os advogados, por exemplo, assinam uma ação com um cliente e lá diz que os advogados irão receber 30% do valor da ação. E a ação demora um tempo. Aí o cliente chega e diz: “Não, eu não vou te pagar os 30%, eu vou te pagar só 5%.” Quebrou a regra. Isso está sendo proposto aos servidores. Vocês vão trabalhar lá na Lomba do Pinheiro, no Mario Quintana, no Rubem Berta, na Vila Farrapos, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança e a regra é essa! Vocês vão entrar com esse salário, mas eu não posso pagar mais, mas vou te dar isso, vou te dar aquilo, vou te dar aquilo outro e tu aceita. Aí, de uma hora para outra, acabou a regra! Pode ser feito isso com os novos servidores, que vão saber a regra pela qual vão entrar, mas para os atuais não pode ser feito isso de jeito nenhum! É a regra! Ou o advogado esse não vai entrar contra o cliente, querendo os 30% que ele cobrou? Ou o engenheiro não vai entrar contra o cliente que pediu para ele construir a sua casa e lá no final o cliente ficou sem dinheiro e não o pagou? Essa é a regra! E a regra tem que ser cumprida e tem que ser exigida.

Mas o que mais me chama a atenção nesse projeto é o art. 6º. Lá no art. 6º, no seu parágrafo único, diz: “a disposição prevista no *caput* deste artigo não impede a fixação, em lei complementar, de outros percentuais de gratificação por regime especial de trabalho, inclusive de percentuais diferenciados e específicos para grupos ou carreiras de servidores”. Nós vamos dar um cheque em branco para o administrador, seja ele quem for, o atual ou o futuro que nós não sabemos quem é? Esse artigo tem de ser suprimido, para se iniciar a conversa. Se não tem dinheiro para os servidores da saúde, educação, segurança, não tem dinheiro para criar um grupo ou carreira de servidores para dar percentuais diferenciados. Servidor público é igual, é igual ao que atende na Restinga, ao que atende na Vila Farrapos, ao que atende na Cruzeiro, porque todos correm riscos, hoje em dia, na sua vida em deslocamento.

Então, acho que, nesse projeto, o que falta é diálogo, é discussão, o que falta é sentar à Mesa com os vereadores, reunir bancada por bancada, ver sugestões, reunir grupos de vereadores e ouvir suas sugestões. Isso é como na União, “tem que acabar a reforma da previdência”, “tem de fazer uma reforma da previdência”, mas não cobram os devedores, não vão lá cobrar da JBS, da Friboi, que é a terceira maior devedora da previdência. Não pode sacrificar os servidores, se não cobrar os devedores do município de Porto Alegre,

porque sacrificar as senhoras e os senhores é sacrificar a população, é sacrificar os nossos filhos na área da educação, é sacrificar os nossos pais, nossas mães na área da saúde e todos nós na área da segurança. Muito obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, componentes da Mesa, direção do Simpa, meus colegas vereadores, senhoras e senhores que nos acompanham, municipais que estão do lado de fora, cidadãos de Porto Alegre que acompanham a TVCâmara, em primeiro lugar, gostaria de dedicar a minha homenagem ao Diretor Luiz Afonso que está completando 40 anos de serviços públicos dedicados a esta Casa. (Palmas.) Na pessoa do Luiz Afonso eu homenageio as senhoras e os senhores. Quero dizer que se prefeito fosse, e há muito tempo digo isso, a primeira coisa da qual me ocuparia, talvez, seria de fazer um trabalho junto aos servidores públicos. Eu fui funcionário de uma instituição privada por 15 anos, comecei como estagiário, terminei como advogado, passando pela chefia de gabinete, e naquele período nós fazíamos, com consultorias externas - a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, por mais de uma vez -, trabalhos de mobilização, de sensibilização, de mudança de cultura, e na organização pública eu nunca vi isso. Uma das coisas que fazíamos era reprogramação neurolinguística. Estou falando isso porque às vezes eu vejo, secretário que fui por duas vezes, que o pessoal, sem essa orientação profissional, fica meio perdido. Qual é o foco, afinal de contas? Qual é a missão? Qual é o nosso planejamento estratégico como prefeitura e qual é o papel da Prefeitura ali senão de atender o público? Estava dizendo para a economista do DIEESE que está aqui conosco, com quem me relacionava quando era secretário de indústria e comércio, que a Prefeitura acaba sendo dispensável para as pessoas de classe média, e absolutamente essencial para os pobres. Esses é que precisam. Na educação de Porto Alegre tem 70 mil pessoas que são atendidas, das quais 216 creches de educação infantil, mais de 40 mil pessoas na rede pública, oito mil vagas no ensino integral, não pode ser um espaço ideologizado, tomado por uma doutrina. E por aí vai. Eu acho que a primeira coisa que me ocuparia de fazer, junto com vocês, é essa questão, obviamente, do diálogo, e de uma reprogramação neurolinguística de toda a prefeitura. A segunda questão que fico pensando - está lá a

pág. 44

Rita de Cássia, minha colega, trabalhamos juntos – é que lá no governo Fortunati em que fui secretário, se encomendou um plano de carreira. Cadê esse plano de carreira? Estou vendo que a gente fala, que o funcionário, que o servidor fala em plano de carreira, nisso que estamos falando aqui, não estamos falando em plano de carreira, tem um salário básico que é muito baixo, eu concordo, e depois foi feito um *patchwork*, que são os regimes, são as gratificações, os avanços, as incorporações, remendos que foram sendo feitos para compensar um salário básico que é baixíssimo. Então nós não estamos falando em plano de carreira. Quisera eu, gostaria eu, que tivesse, de fato, um plano de carreira, para todo mundo, professor, por exemplo, em Porto Alegre. A gente não pode deixar de reconhecer que graças ao bom Deus, os professores de Porto Alegre são os mais bem remunerados entre as capitais brasileiras. Na média - esse é um fato que é verdadeiro, e ninguém pode me contestar -, os professores estão ganhando R\$ 10 mil em Porto Alegre. É um ótimo salário. É um ótimo salário, é verdade. Agora, me compadeço, por exemplo, com um operário da SMOV ganhando R\$ 800,00 por mês. E comparo, porque que culpa nisso tem também a Câmara de Vereadores, que nós fomos criando, Dr. César, gratificações para a SMPEO, que eu era contra, cria mais uma estrutura, 75 funções gratificadas, bota mais R\$ 100 milhões na conta da Prefeitura, eu fui contra, se criou; a Fazenda, uma gratificação especial: “Ah, mas a Fazenda arrecada, não sei o quê, precisa.” A PGM outra. Depois que criou para a PGM e criou para a Fazenda, vêm os arquitetos e os engenheiros, com razão, reclamam. E aí vai cada um puxando a brasa para o seu assado até chegar o momento que a coisa fica insustentável. Então, nessas discussões nós temos que discutir isso também. Porque há uma perversão dentro do sistema que privilegia umas categorias e coloca as outras para baixo, e isso precisa ser discutido. A questão que eu quero falar também, Presidente, é o seguinte, eu trouxe ali um jornal que é da administração do João Verle. Agora, eu queria botar a segunda lâmina, por favor, é o Jornal do Comércio.

(Procede-se a apresentação de imagens.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN: Ali na segunda lâmina: “No primeiro ano do governo, gastamos 98% da receita para pagar o pessoal”. É o João Verle que está dizendo isso. Não adianta o senhor me dizer que não. É, foi o João Verle que disse isso.

Quando é que isso aconteceu? Quando nós do MDB assumimos, Ver.^a Mônica, e passamos dois anos do governo Fogaça para tapar esse buraco e sanear a Prefeitura, para poder começar a ter recurso de novo. Então, eu acho que tem que ter plano de carreira, em primeiro lugar; acho que tem que diálogo em segundo lugar. Agora, acho que a gente tem que discutir certas coisas. Por exemplo, passar três anos, incorpora 5%; mais três anos, mais 5%; em 12 anos, é 20%, independentemente, de qualquer coisa. Depois chega ao 15º ano, mais 15%. Se nós botarmos esses 20% mais 15%, quanto que é? Quanto é que é?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não, não é merreca, não é merreca, é 25%. Gente, se vocês não tiverem, é 25%, independentemente, de qualquer coisa. Então, é o seguinte, está aqui alguém – o senhor sente, por favor – está falando aqui alguém que, como Presidente da Casa, perguntem para os servidores aqui, eu estabeleci a melhor negociação possível com os nossos servidores. O PT, no final do ano passado se absteve na indenização do seguro. Para concluir, quando nós, a Mesa Diretora, que eu fazia parte, que a Ver.^a Mônica, que o Janta e que outros deram a indenização do plano de saúde, o PT se absteve, e o Prof. Alex votou contra – votou contra o plano de saúde dos servidores. Então, eu me sinto autorizado a falar essas questões e a dizer o seguinte: eu tenho e quero ter capacidade de diálogo; nós não estamos falando em plano de carreira, nós precisamos ter um plano de carreira para os servidores, nós precisamos ter perspectiva, nós precisamos valorizar o serviço público, e o servidor também tem que ter capacidade de analisar que isso, independentemente de produtividade ou de qualquer outra medição, não está certo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Adroaldo Correa, do Sindicato dos Jornalistas, está com a palavra.

SR. ADROALDO CORREA: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Ver. Reginaldo Pujol; colega Terres, do Simpa; colega da auditoria; representante do prefeito; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; servidores e servidoras públicos municipais que estão dentro e fora da

Câmara de Vereadores, de qualquer função, mesmo as de repressão; eu, pessoalmente, me inscrevi como Sindicato dos Jornalistas, que é de uma base estadual, mas eu sou morador de Porto Alegre e sou servidor público aposentado, membro do Simpa, do Conselho do Previmpa, do Conselho da Astec e atuo com essa categoria há algum tempo também como vereador que fui desta Câmara, em 1990, que constituiu esta audiência pública que nos permite estar conversando hoje, na revisão da Lei Orgânica, em 1990. É com esse título que o povo nos deu que estamos aqui. Não vou abrir mão da reivindicação do Simpa, mas vou dizer que existe um projeto em execução na Cidade, que é o mesmo projeto anunciado por Paulo Guedes na Fazenda, nacionalmente: se possível, não fazer mais concursos; se fosse possível, não sofrendo penas, deixar morrer os atuais servidores, para que não haja mais despesas do quadro geral permanente. Sim, o fim do quadro permanente! Foi o que foi dito aqui pelo ex-secretário da Fazenda, o Busatto, na apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no ano passado. Tudo o que puder ser contratualizado de terceiros da iniciativa privada o será, está gravado. Eu perguntei a ele: que categorias remanescerão? A resposta foi: auditores, que não foram ouvidos para esse projeto; fazendários, porque arrecadam. Esqueceu a terceira, não disse a quarta, e eu teria dito: quem sabe a guarda pretoriana para proteger o assalto ao Palácio? O assalto ao Palácio que fizemos foi em nome da defesa de direitos, não foi um assalto pelo poder, foi para negociar, e deixamos lá restos de bolacha – foi o único problema encontrado na nossa ocupação, depois de dezenas de dias de greve.

O projeto de desconstituição do Estado e de desautorização do serviço público para comprar de terceiros da iniciativa privada as obras da trincheira da Av. Farrapos, da Av. Ceará, da Copa, Ver. Pujol. Desde quando a iniciativa privada completou aquilo que ainda não se concluiu? E é a iniciativa privada que está fazendo a obra diretamente. E a trincheira da Av. Cristóvão Colombo... “Ah, mas então vamos fazer parcerias público-privadas, como a da Ponte de Pedra”. Faz três anos, e a mega, hiper, superobra da Ponte de Pedra ainda não foi inaugurada aqui no Largo dos Açorianos! Que obra fantástica, Sra. Presidente, que ainda, depois do terceiro ano, não pôde ser completada. Onde está a competência da iniciativa privada melhor que a dos servidores públicos desta Capital? Onde está? E por que não se completou? Porque não tem mais instância que realize projetos, que fiscalize projetos. No futuro, Porto Alegre vai ser como Brumadinho, onde uma empresa privada de alta competência internacional a testa até o último dia, risco um.

E no risco 2, no dia seguinte, mata 306 pessoas. É isso o que nós queremos? Nós somos servidores do estado republicano de qualquer gestão da cidade de Porto Alegre, contra o assassinato da cidadania! Somos quem trabalha e exigimos respeito, porque somos concursados; quem tem dor de cotovelo, quem não conseguiu passar em concurso, que faça o concurso, e passe! Nós não estamos aqui por favor de ninguém! Já fui CC e respeito os CCs. Mas os CCs que nos respeitem! E se tiver que economizar entre o CC e o serviço público permanente, corte primeiro o CC. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, ex-vereador Adroaldo Correa. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa noite a todos e todas. Eu quero aqui da tribuna, cumprimentar a fala do Adroaldo, que mostra uma sabedoria e desmancha esse endeusamento ao privado que tanto falam aqui os vereadores da base do governo e os representantes do governo. Vieram para vender a Cidade, e nós resistiremos aqui e lá fora. Esse é um primeiro recado, que é importante passar, independente das leis que passarem aqui.

Quero saudar a Presidenta Mônica, quero saudar as pessoas que estão lá fora, dez horas e trinta minutos da noite! Eu gostaria que os vereadores, não os vereadores que já têm as posições tomadas e não estão mais nem ouvindo, eu quero falar com os vereadores que ainda estão sensíveis. Se as pessoas estão aqui até as 22h30min, e as pessoas estão lá fora também até as 22h30min dez, essas pessoas... O governo tentou votar o projeto antes do carnaval, achava que as pessoas estariam desmobilizadas, que não saberiam, trabalhou com essa estratégia. Não conseguiu. Se o projeto passar, a cada mês, a cada perda, será um momento de revolta desses 25 mil servidores e suas famílias. Portanto, é um dano permanente e é um dano, sim, que chegará até as próximas eleições e, com certeza, terá resultado nas urnas. Então, fica aqui a demonstração dessa disposição de luta dos servidores e servidoras do Município.

Mas eu, depois da fala da Anelise, do DIEESE, eu fiquei curioso. Alguns vereadores sobem aqui e dizem que já fizeram curso de economia, eu acho que foram embora constrangidos, depois dos dados apresentados pelo DIEESE, a não ser que digam que a Anelise é do PT – então tudo que ela falou é mentira. Essa tem sido a linha de alguns

representantes do governo. Queria colocar que eu acho que não vale a pena nós fazermos uma guerra de números. O próprio prefeito fala que tem superávit de R\$ 366 milhões, a um mês, a economia será apenas de R\$ 16 milhões, menos de 1%. Ou seja, não resolve nada e cria uma guerra, a guerra que ele já começou desde que assumiu o Paço Municipal.

Mas queria pegar um dado comparativo, que é justamente a apresentação do secretário Daniel, um dado que nos chamou muito a atenção: crescimento acumulado da folha de pagamento, entre 2010 e 2018, de 85,70%. Chamou a atenção essa informação. Fui agora ao gabinete, fui no *site* da Secretária da Fazenda, peguei o relatório, aqui, na segunda coluna, valores corrigidos com IPCA, já atualizados, primeiro item: pessoal e encargos sociais: não bate com o que o secretário apresentou aqui. Ele falou, 2010 a 2018; nós estamos pegando o que está disponível no *site*, 2013 a 2017, R\$ 3,190 bilhões, depois R\$ 3,211 bilhões; depois R\$ 3,116 bilhões; 3,216 bilhões; depois, em 2017, R\$ 3,349 bilhões. Fiz o percentual disso e dá 4,9%. De 4,9 para 85,7%, alguma coisa não está explicada ai, secretário. Podem me faltar dados, estou pegando dados do *site* da Secretaria da Fazenda neste momento. Como disse ontem à noite, num debate, os representantes do Executivo torturam os números até eles confessarem do jeito que eles querem, só pode ser isso. Desculpem a ironia, a não ser que esteja faltando alguma coisa. Eu quero até admitir que talvez no ano de 2017, 2011, 2012, tenha acontecido algo extraordinário, uma despesa enorme, mas nunca de 4,9% para 85,7%. Eu gostaria de uma explicação por escrito, inclusive, para justificar como subiu tanto assim. Na verdade, se trata aqui de um governo que quer vender a Cidade, que mira nos servidores públicos, que compra briga – o Ver. Bosco gosta de dizer: o Marchezan compra briga com tudo –, que tira professores das praças e parques, que atendiam milhares de pessoas. Estou aqui lembrando das inúmeras situações, agora quer privatizar o serviço de saúde. Não tem como não defender a Cidade de um prefeito que adora atacar e o faz por ideologia. Não o faz por incompetência. No começo do governo, algumas pessoas colocavam o tema da incompetência. Não é incompetência; é proposital, é precarizar os serviços para, depois, oferecer ao deus mercado que ele tanto louva. Vamos combater com todas as nossas forças, obrigado, gente!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Alexandre Dias Abreu, do núcleo sindical do DMAE, está com a palavra.

SR. ALEXANDRE DIAS ABREU: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero, primeiramente, dizer que, na condição de servidor público municipal há 26 anos, eu acho uma aberração o que nós estamos vivendo neste momento. O prefeito não recebe os nossos representantes para discutir, para negociar, para fazer qualquer debate em relação à realidade das condições de trabalho, das questões salariais e da nossa carreira. Diz que a Câmara Municipal é o espaço de debate. Aí o PL vem para cá e acelera todo o processo. E o debate, e a discussão onde ficam? Aí eu entendo que entra o papel dos vereadores desta Casa, afinal de contas, a função primordial dos vereadores é justamente fiscalizar as ações do Executivo e pensar na Cidade. Nós, enquanto servidores, não estamos aqui – quero dizer isso, Presidente Mônica –, não viemos aqui para defender apenas a nossa carreira, o que eu acho justo, acho legítimo. Qual trabalhador não vai defender o seu salário? Qual trabalhador não vai defender o seu poder de compra? Portanto, nós não estamos cometendo nenhum crime em fazer essa defesa aqui, mas, além de defender a nossa carreira, nós viemos aqui defender o serviço público.

Quero dizer que esse prefeito é tão irresponsável com a Cidade, porque neste ano nós vivemos um momento muito sério, muito duro, que foi o problema do abastecimento de água na cidade de Porto Alegre. Em 2017, técnicos do DMAE apontaram que poderia haver crise de abastecimento de água na Cidade. Qual foi o encaminhamento do prefeito? Sentou em cima, não permitiu que contratássemos servidores. O DMAE, hoje, tem menos de 1.500 servidores na ativa, quando estão previstos 3.634 cargos. Eu quero dizer uma coisa: o prefeito quer destruir o serviço público. Ele tem dentro da sua concepção a ideia do estado mínimo, mas, quando ele chega na Prefeitura, ele vê uma estrutura montada e um conjunto de servidores. E para que ele transforme em realidade aquilo que ele entende que tem que acontecer, ele começa a sucatear o serviço público, não permite que possamos realizar as nossas tarefas, não permite que possamos dar atendimento à população que precisa, criando as dificuldades nos postos de saúde, nas escolas, atacando os servidores. É por isso que ele ataca a nossa carreira.

Eu queria dialogar com o Ver. Valter Nagelstein, que esteve aqui, mas ele fez a fala dele e fugiu, foi ligeirinho embora. Eu quero dizer para ele que nós temos, sim, a garantia dos nossos triênios, dos 15%, dos 25%, mas ele não disse que nós não temos fundo de garantia. Nós não temos fundo de garantia! Nós temos uma carreira, e essa carreira estava apontada quando nós fizemos o concurso público. Muitos de nós, inclusive, fizemos cursinho, gastamos, estudamos para poder estar no serviço público, e agora querem acabar com aquilo que estava previsto. Tem servidores que têm 25, 30, 40 anos e que agora estão ameaçados. O próprio governo diz que esse projeto vai representar uma economia de R\$ 16 milhões só neste ano, mas, se ele não contrata servidor a não ser CC, quem é que está perdendo dinheiro? São os servidores! Ele está atacando o nosso bolso. Portanto, em defesa do serviço público de qualidade, nós nos erguemos em defesa da Cidade e queremos o compromisso dos vereadores, porque, se hoje nós somos muitos, na segunda-feira nós seremos muito, muito e muito mais do que fomos hoje, em defesa da nossa luta e da Cidade.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mônica, ao cumprimentá-la, cumprimento todos os membros da Mesa, colegas vereadores e vereadoras ainda presentes aqui no plenário. Prezados 24 mil funcionários públicos municipais, a discussão aqui é se nós qualificamos Porto Alegre ou destruimos Porto Alegre. O funcionalismo público municipal é um patrimônio da cidade de Porto Alegre, e esse projeto que aqui está retira direitos do funcionalismo público municipal. Em 1985, quando então era prefeito João Antônio Dib, foi criado o estatuto do funcionalismo público municipal, e, nesses 34 anos, todos os prefeitos governaram com esse estatuto e governaram acrescentando direito ao funcionalismo. E a Cidade funcionou sim! Nós fizemos obras, o funcionalismo construiu: fez a 3ª Perimetral, duplicou a Av. Juca Batista, duplicou a Av. Sertório, implantou a educação infantil, implantou o conselho tutelar, implantou a saúde da família e aí por diante. Isso é ou não qualidade para a cidade de Porto Alegre? É isso o que nós estamos aqui discutindo. E nós não podemos, colegas vereadores, abrir mão da qualidade da gestão da Cidade. Quero dizer isso, porque esta audiência pública, se ela tiver algum sentido, é a análise de tudo o que foi dito aqui, porque, até o momento, só

pág. 51

teve uma fala defendendo o projeto; todas as outras levantaram questionamentos. E eu quero recapitular algum deles aqui, prezado Rigon. Veja só, as contradições que surgiram aqui, o senhor disse que havia cento e oitenta e poucos milhões de déficit, o DIEESE apresentou que tem 366 no caixa, e esse número está na folha da Secretaria da Fazenda. Portanto, tem uma contradição. Nós vamos votar este projeto com essas contradições apresentadas? O senhor diz que é de 53% ou 54% o comprometimento com a folha de pagamento, o DIEESE diz que é em torno de 43%. É uma diferença imensa. Ver. José Freitas, como vamos fazer com essa contradição? Vamos votar com essa contradição ou vamos pedir imediatamente que seja suspensa a votação de segunda-feira para que isso seja resolvido?

Ver.^a Mônica Leal, a senhora como Presidente e o ex-Vereador João Antonio Dib, que também é contra este projeto, devem ter alguma orientação para o Partido Progressista. O Fogaça construiu política pública; o Fortunati aprovou por unanimidade o efeito cascata. Quem é que não lembra disso, de que negociamos e chegamos a um consenso, portanto, precisamos, sim, de diálogo. Se é para economizar... R\$ 34 milhões na comunicação? Comunicação para quê? A melhor comunicação que tem é valorizar o funcionalismo público para que o serviço seja bem feito. A população reconhecerá isso e votará em quem faz essas políticas públicas. Na comunicação, R\$ 34 milhões mais R\$ 665 milhões com CCs, economiza 30% disso que vai dar R\$ 33 milhões de economia e não os R\$ 16 milhões que estão dizendo. Essas contradições nós precisamos resolver.

Já foi dito aqui, pelos médicos e pelos procuradores, que o próximo caminho é a justiça. E hoje o CPERS ganhou contra danos morais, isso significa que nos próximos dias o Estado terá que pagar milhões por uma política malfeita. Não vamos deixar que Porto Alegre faça uma política malfeita e o prejuízo seja da população. É isso que está em discussão.

Portanto, Sra. Presidente, vamos suspender essa votação segunda-feira e, amanhã, aqui, já está combinado com várias bancadas, às 14h, na sala 302, para tirar uma estratégia. Temos que constituir um comitê de diálogo com todas entidades que aqui estão e mais quantas quiserem, e, às 15h, bater lá no Paço. Marchezan, queremos discutir porque a Cidade é de todos nós. Não temos um patrão, queremos ter um gestor e queremos ajudá-lo a qualificar a Cidade, se assim desejar.

Prezado Rigon, leve nosso abraço e reflita sobre esses números porque eles são contraditórios. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)

Lutemos porque esse é o caminho da nossa liberdade, da dignidade da pessoa; lutemos e trilhemos o bom caminho. Neste debate, há picadas, há desvios, mas há um caminho, o caminho que começa a ser feito pela Presidente da Câmara ao respeitar uma decisão e convocar esta audiência sem colocar impedimentos. Nós precisamos que esta Casa, os vereadores de todas as vertentes, juntos, pensemos no futuro da Cidade. Não há outro caminho. O caminho do confronto escolhido até aqui não foi nosso. Nós temos colaborado com a cidade de Porto Alegre; se falta dinheiro, é outro departamento sobre o qual já vimos a discussão até agora. Nós precisamos garantir o serviço público de qualidade para garantir uma cidade para as pessoas. E, para que isso aconteça, temos que defender os servidores públicos neste momento. Nós queremos que os colegas vereadores pensem, vamos combinar entre nós que é possível um outro caminho que não esse do confronto que o prefeito está propondo com esse projeto de lei. Que esta Câmara decida porque é o Parlamento que tem que legislar. O Executivo tem que ser fiscalizado, o Judiciário tem que cumprir a sua função e não legislar, quem tem que legislar é esta Casa, escutando a população, escutando os servidores. Nós podemos construir, sim, um outro plano de carreira, mas um plano de carreira que sempre valorize o servidor e não o diminua.

Por isso, Ver.^a Mônica Leal, seria muito importante que nós pudéssemos, num diálogo franco entre todos os vereadores, propor que se faça um grande movimento, uma grande mesa, onde não haja nenhum subterfúgio, onde não haja nenhuma barreira, mas que se pense o futuro da cidade de Porto Alegre, numa grande negociação em benefício do povo, porque defendendo os servidores públicos nós vamos estar defendendo um serviço de qualidade e o caminho para que a gente possa trilhar aquilo que deve ser trilhado. Não serão os gritos, não serão os confrontos, mas serão as articulações que vários vereadores estão aqui conversando e nós conversaremos até o último minuto para que nós possamos derrotar o projeto, para que a gente possa, a partir da segunda derrota do projeto, sim, construir, quem sabe, com o governo, um outro futuro, porque nós não somos daqueles que defende a terra arrasada. Mais uma vez, Mônica, que caminhemos juntos, com liberdade, com democracia, com respeito às diferenças e, principalmente,

com a possibilidade de os servidores se manifestarem livres e soberanamente e que, juntos, possamos decidir o melhor para Porto Alegre. Da minha parte, fiz o que fiz, e fiz convencido de que a proposição de rejeição é a proposição mais correta. E, até o último minuto, estaremos juntos para trilhar o único caminho que pode dar a dignidade para as pessoas, a inclusão das pessoas nesta cidade maravilhosa que é Porto Alegre, que é esse do diálogo, da articulação, e não podemos deixar passar essa proposição. Outras proposições podem ser construídas de comum acordo, dos dois lados do balcão, quando os dois lados do balcão não se escutam é sem dúvida nenhuma é um infortúnio que baterá na porta dos 1,5 milhão habitantes de Porto Alegre. Muito obrigado pela peleia, juntos pela liberdade e pela democracia! Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Chamo agora para as considerações finais o diretor-geral do Simpa, Alberto Terres.

SR. ALBERTO MOURA TERRES: Bem, eu quero, primeiramente, parabenizar cada servidor e cada servidora que estão aqui até as 22h51min, os colegas que estão lá fora assistindo a esta audiência pública, acho que estamos todos de parabéns por termos a coragem de estar aqui lutando pelos nossos direitos. Eu quero, também, vereadores e vereadoras, Ver. Medina, Ver. Adeli, Ver. Comassetto, Ver. José Freitas e outros, dizer que esses servidores que aqui estão, tem servidores que moram no Centro da Cidade, outros que moram na Restinga, na Rubem Berta, mas estão aqui para convencer, para conversar, para dialogar com cada vereador e cada vereadora da importância deste momento. E esta audiência pública, para nós, Ver. Marcelo Sgarbossa, está sendo fundamental no processo de diálogo que estamos buscando não só com o Executivo, mas com o Legislativo, desde 2017. O fato de estarmos aqui, Ver. Robaina, é um símbolo de que essa categoria quer dialogar, quer convencer o Executivo da nossa importância. Eu acho fundamental essa proposta trazida aqui por mais de um vereador, de montarmos uma mesa de negociação, Ver. Medina, onde nós possamos, inclusive, fazer um debate sobre essas divergências. E já agradeço o Ver. José Freitas e o Ver. Medina por estarem até este momento ouvindo os servidores. Eu estava ali comentando com a Anelise, com a Ver.^a Mônica a forma como os dois vereadores se portaram aqui, no sentido de prestar atenção em cada palavra dita aqui pelos servidores. Isso, para nós, é fundamental: nós

pág. 54

sermos ouvidos. E, principalmente, essa análise dos dados que aqui foram apresentados e que eles acabam não batendo com aquilo que o governo nos apresenta, aquilo que foi apresentado pelos vereadores que aqui estão, pelo DIEESE e por todos os outros colegas que se manifestaram. Eu acho que é o momento de nós buscarmos essa concertação, não pensando apenas nos servidores, mas pensando na cidade de Porto Alegre. Não pensando apenas em beneficiar o Executivo, beneficiar os servidores, beneficiar seja quem for, mas pensar naquilo que é importante na política pública, que lá o usuário dos serviços públicos é que utilizam.

Eu acho que, na segunda-feira, essa conversa proposta pelo Ver. Comassetto, de uma reunião amanhã, teremos que solicitar ao Executivo se ele tem disponibilidade de diálogo, de retirar esse projeto do regime de urgência. Ele está em regime de urgência, e esse regime fecha aos 45 dias, agora no final do mês, para dar tempo para esse diálogo. Acho que é o momento de o Executivo demonstrar que realmente quer dialogar não só com o Parlamento, mas com a cidade de Porto Alegre. Eu acho que esse movimento, Ver.^a Mônica – e também agradeço pela excelente condução –, Ver. Pujol, que aqui está, acho que é o momento de a gente chamar para o Legislativo, nós temos que chamar para a sociedade de Porto Alegre este momento de diálogo. Isso é fundamental. A Cidade perde se chegar na segunda-feira e esse projeto for votado e tiver vencedores e derrotados entre Parlamento, Executivo, servidores e a Cidade, e é o que vai acontecer. E, quando acontece a derrota de um dos lados, de forma acachapante, e onde estamos dizendo que falta diálogo, ninguém ganha com isso. A Cidade não ganha, os servidores também não, e o próprio Executivo ficará com essa pecha de derrotar os servidores públicos e derrotar a Cidade. E eu tenho absoluta certeza, Ver.^a Mônica, de que esta Casa não quer isso. Esta Casa não quer derrotar; podemos ter diferenças ideológicas, podemos ter diferenças e divergências da forma de fazer a política pública, mas ninguém aposta numa derrota da cidade de Porto Alegre ou na derrota dos servidores que executam as políticas públicas.

Então, eu reforço essa solicitação, Ver.^a Mônica, Ver. Pujol, vereadores que aqui estão ainda ouvindo os servidores, que a gente consiga iniciar esse processo de negociação, construir essa mesa de negociação, que não houve desde 2017, Eu acho que é o momento, este é o momento de a cidade de Porto Alegre e de esta Casa, mais uma vez, demonstrarem que farão a diferença, farão a diferença não só para nós, mas para toda a

Cidade. Então, fazer esse grupo de trabalho é fundamental, é o apelo que nós deixamos aqui do Simpa. E, aproveitando o final da minha fala, eu quero aqui parabenizar o Afonso, que está fazendo 40 anos de serviço público hoje, e é um símbolo de que os servidores públicos, sim, merecem serem aplaudidos dentro do serviço público. Reforço o pedido do grupo de trabalho, desse esforço conjunto dos servidores da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, boa luta para todos nós, parabéns aos servidores e servidoras por estarem até agora, aqui, construindo esta Cidade e as políticas públicas. (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Sr. Daniel Rigon está com a palavra para suas considerações finais.

SR. DANIEL RIGON: Sra. Presidente, primeiro, obrigado pelo espaço excelente para a gente poder apresentar as propostas, para ouvir as críticas, para discutir o projeto. Quanto aos números, eles são oficiais, os 60%, por exemplo, são do STN, que audita todos os municípios. Quanto aos percentuais de crescimento da folha, a minha ciência é muito parecida com a ciência de alguns de vocês da área de engenharia. Em dez anos, se nós temos alguns avanços de triênios de 5%, alguns de 15% e alguma coisa de mais 10%, é impossível que em dez anos o aumento seja de 2% ou de 3%. Algum cálculo não fecha. Certo? Então, eu acho que o *site* da Prefeitura, o Portal Transparência está lá, tem todos os dados, e eu convido a população para olhar como está essa evolução da despesa de pessoal. Quero agradecer, mais uma vez, agradecer também as pessoas que estão ali nas galerias, porque eu acho que a gente pode ter opiniões, mas o pessoal foi muito respeitoso, não tenho o que reclamar de maneira alguma de ninguém. Senhores vereadores, muito obrigado, boa noite.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Muito obrigada. Chegamos ao fim desta audiência, da primeira audiência que eu tenho a satisfação de presidir, e penso que foi muito produtiva, tranquila, respeitosa e, acima de tudo, democrática; esse foi o objetivo e a forma como eu gosto de conduzir, do meu jeito. Quero agradecer, aqui, aos vereadores que estiveram presentes e que fizeram a diferença nesta audiência: Ver. Mauro Pinheiro, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Adeli Sell, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Cláudio Conceição, Ver. José Freitas, Ver. Roberto Robaina, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Aírto Ferronato, Ver.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
002ª Audiência Pública 21MAR2019

Cassiá Carpes, Ver.^a Karen Santos, Ver. Mauro Zacher, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Felipe Camozzato, Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Alvoní Medina, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Cláudio Janta, Ver. Moisés Barbosa, ex-vereadores Dr. Thiago, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, a todos os assessores desta Casa, CCs e servidores municipais, agradeço a presença de vocês. Saibam que esta Casa é do povo de Porto Alegre. Obrigada pela presença de todos.

(Encerra-se a audiência pública às 23h03min.)